

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	8
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	14
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	16
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	19
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	20
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	21
1.10 Informações de sociedade de economia mista	23
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	24
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	25
1.13 Acordos de acionistas	26
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	27
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	28
1.16 Outras informações relevantes	29
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	30
2.2 Resultados operacional e financeiro	42
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	44
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	45
2.5 Medições não contábeis	46
2.6 Eventos subsequentes as DFs	48
2.7 Destinação de resultados	49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	54
2.10 Planos de negócios	56
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	58
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	59
3.2 Acompanhamento das projeções	61

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	62
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	67
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	68
4.4 Processos não sigilosos relevantes	69
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	75
4.6 Processos sigilosos relevantes	76
4.7 Outras contingências relevantes	77
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	78
5.2 Descrição dos controles internos	81
5.3 Programa de integridade	83
5.4 Alterações significativas	87
5.5 Outras informações relevantes	88
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	89
6.3 Distribuição de capital	97
6.4 Participação em sociedades	98
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	99
6.6 Outras informações relevantes	101
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	103
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	107
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	108
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	109
7.4 Composição dos comitês	116
7.5 Relações familiares	117
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	118
7.7 Acordos/seguros de administradores	122
7.8 Outras informações relevantes	123
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	124

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	130
8.3 Remuneração variável	134
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	136
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	137
8.6 Outorga de opções de compra de ações	138
8.7 Opções em aberto	139
8.8 Opções exercidas e ações entregues	141
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	142
8.10 Outorga de ações	143
8.11 Ações entregues	144
8.12 Precificação das ações/opções	145
8.13 Participações detidas por órgão	146
8.14 Planos de previdência	147
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	148
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	149
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	150
8.18 Remuneração - Outras funções	151
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	152
8.20 Outras informações relevantes	153
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	154
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	156
9.4 Outras informações relevantes	157
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	158
10.1 Descrição dos recursos humanos	159
10.2 Alterações relevantes	160
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	161
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	163
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	164
10.5 Outras informações relevantes	165
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	166
11.2 Transações com partes relacionadas	167
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	168
11.3 Outras informações relevantes	169
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	170
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	171
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	172
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	175
12.5 Mercados de negociação no Brasil	176
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	177
12.7 Títulos emitidos no exterior	178
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	179
12.9 Outras informações relevantes	180
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	181
13.1 Declaração do diretor presidente	182
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	183
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	184

1.1 Histórico do emissor

1.1 DESCREVER SUMARIAMENTE O HISTÓRICO DO EMISSOR

O **Aproveitamento Múltiplo de Manso – APM Manso** – está localizado no Rio Manso, no município de Chapada dos Guimarães, distante 103 km da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e tem uma potência instalada de 210 MW, com quatro unidades geradoras de 52,5 MW, gerando energia firme de 92,0 MW/ano. O seu reservatório atinge áreas nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia.

O projeto foi iniciado em 1980 pelo Governo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo inicial de controlar as cheias do rio Cuiabá, que agregavam pesados ônus às comunidades ribeirinhas, por várias vezes atingidas, implicando em grandes custos sociais. Posteriormente, foi incorporado ao projeto o aproveitamento hidrelétrico, objetivando atender a grande carência de energia elétrica da Região Centro-Oeste.

No período de 1982 a 1984, a ELETRONORTE desenvolveu o projeto básico do empreendimento e os principais estudos de impacto ambiental – EIA/RIMA, que foram aprovados em Audiência Pública, tendo sido emitida Licença de Instalação em março de 1988 e renovada em outubro de 1998.

As obras da hidrelétrica foram então iniciadas em setembro de 1988, com previsão de geração da primeira unidade para dezembro de 1992. Naquela ocasião, os recursos financeiros para o empreendimento seriam aportados via Convênio Interministerial. Como o aporte de recursos não se concretizou,

1.1 Histórico do emissor

a ELETRONORTE se viu obrigada a paralisar as obras em novembro de 1989.

Posteriormente, em 1996, na Concorrência Pública CC-CO 20.107/96 para conclusão e exploração do APM Manso, foi vencedora a **PROMAN**, cuja composição acionária estava distribuída entre as empresas Construtora Norberto Odebrecht S.A., Servix Engenharia S.A. e Participações Energéticas S.A., a qual assinou juntamente com a ELETRONORTE o Contrato SUP.1.7.4.0212 para constituição do Consórcio APM Manso em 18/12/97.

Em 26 de abril de 1999, a ANEEL transferiu para FURNAS os ativos e passivos da ELETRONORTE referentes ao APM Manso, passando assim o Consórcio a ser uma associação entre FURNAS e **PROMAN**, para a sua implementação e operação.

A concessão para exploração do **Empreendimento** pelo **Consórcio** foi regulada pelo **Contrato de Concessão nº 010/2000**, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 10 de fevereiro de 2000, sendo o prazo de vigência da referida concessão, inicialmente, de 35 anos, contados a partir da data retro mencionada.

Em 9 de junho de 2000 foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Energia entre FURNAS e **PROMAN**, para todo o período da concessão. Esse contrato estabelece que a **PROMAN**, na qualidade de vendedora é obrigada a vender a totalidade de sua Energia Garantia a FURNAS que, na qualidade de compradora se obriga a compra em preço pré-estabelecido, tendo a Eletrobrás

1.1 Histórico do emissor

comparecido, contratualmente como Interveniente anuente e avalista do referido contrato.

Com a privatização, no ano de 2023, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("ELETROBRÁS") e a posterior incorporação (ocorrida em 01/07/2024) dos ativos e passivos de sua controlada FURNAS, o Consórcio APM-Manso passou a ter como integrantes as empresas ELETROBRÁS e PROMAN.

O Empreendimento, que teve o início de suas operações comerciais relacionado à entrada em operação da primeira unidade geradora, em 29 de novembro de 2000, sendo operado e mantido por Furnas. A segunda unidade geradora entrou em operação no mês de fevereiro de 2001, a terceira em março de 2001 e a quarta em maio de 2001.

Em 26 de setembro de 2005, as então acionistas alienaram a totalidade das ações da **PROMAN** a um grupo de 6 investidores, mediante negociação privada.

A operação foi precedida de expressa autorização prévia do Poder Concedente, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 287/2005, de 08 de agosto de 2005, publicada, no Diário Oficial da União, no dia 16 do mesmo mês.

Os atuais acionistas da **PROMAN** são: Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES (20%); Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (20%); Acesita – Previdência Privada (15%); Instituto Geiprev de Seguridade Social (12,4%); KOVR Previdência S/A (4,1%) e BFAI Ativos Imobiliários Ltda (28,5%).

1.1 Histórico do emissor

De acordo com a Resolução Autorizativa supracitada, os investidores FAPES, REAL GRANDEZA e ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA assumiram o controle societário da Companhia, cuja formação do Bloco de Controle foi firmada mediante adesão ao Acordo de Acionistas assinado no ato da transferência do controle da empresa.

Importante enfatizar que a referida concessão poderá ser prorrogada, a critério da ANEEL, na forma da legislação em vigor, quando do término do Contrato de Concessão, mediante requerimento do **Consórcio**, desde que a exploração do **Empreendimento** esteja ocorrendo nas condições estabelecidas no referido Contrato de Concessão, na legislação do setor de energia elétrica e que atenda aos interesses dos consumidores.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 DESCREVER SUMARIAMENTE AS ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

A Produtores Energéticos de Manso - PROMAN tem como objeto social, exclusivamente, a exploração, em consórcio com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (“Eletrobrás”), sob regime de concessão, da central geradora denominada Aproveitamento Múltiplo de Manso (APM-MANSO), nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 10/2000 – ANEEL, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Este Contrato regula a exploração compartilhada da concessão e estabelece as condições para aproveitamento, pelas Concessionárias, do potencial de energia hidráulica localizado no rio Manso, nos Municípios de Rosário do Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, por meio da APM-Manso, com potência instalada de 210 MVV bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora, consideradas partes integrantes da concessão de geração de energia elétrica, que inclui uma subestação Elevadora, subestação Seccionadora e uma linha de transmissão de aproximadamente 66 km, e um circuito simples tensão de 230 kV, interconectando a central geradora à subestação de Nobres, de propriedade da ELETRONORTE.

A referida concessão foi outorgada pelo Decreto no 95.517, de 18 de dezembro de 1987, prorrogada e autorizada a ser

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

compartilhada, com um parceiro privado, através da Portaria MME no 505, de 26 de novembro de 1998.

O uso compartilhado exercido apresenta as seguintes participações na Energia Assegurada e na Potência Assegurada do Aproveitamento Hidrelétrico:

- ✓ Eletrobrás – 70%
- ✓ PROMAN – 30%

A Concessão para a exploração do APM-Manso com prazo de vigência, inicialmente, de 35 (trinta e cinco) anos, contado da assinatura, ou seja, 10 de fevereiro de 2000, teve seu término prorrogado para 10 de setembro de 2037 mediante celebração, entre o Poder Concedente e as empresas integrantes do Consórcio, do primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão supracitado.

A aludida concessão poderá ser prorrogada, por mais 35 anos, contados de 10 de setembro de 2037, a critério da ANEEL, na forma legislação em vigor, mediante requerimento do Consórcio, desde que exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja ocorrendo nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, na legislação do setor e desde que atenda aos interesses dos consumidores.

Empresa Controlada

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em junho de 2021 a PROMAN constituiu a PRMN11 GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, empresa limitada unipessoal, cujo objeto social é a gestão das rotinas administrativas e financeiras da Proman, segregando, desse modo as atividades, responsabilidade e solidariedade da Proman, na qualidade de integrante do Consórcio APM-Manso, das suas rotinas administrativas.

A empresa iniciou suas atividades em julho de 2021 e atua exclusivamente para a Proman.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. EM RELAÇÃO A CADA SEGMENTO OPERACIONAL QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, INDICAR AS SEQUINTES INFORMAÇÕES:

a. PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS.

Energia Elétrica.

b. RECEITA ROVENIENTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DO EMISSOR:

Segmentos	2024	2023	2012
Energia Elétrica (R\$ mil)	8.655	9.111	8.513
% do Faturamento	100	100	100

c. LUCRO OU PREJUÍZO RESULTANTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NO LUCRO LÍQUIDO DO EMISSOR:

Segmentos	2024	2023	2022
Energia Elétrica (R\$ mil)	211	(510)	242
% do Faturamento	100	100	100

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 1.3, DESCREVER:

a. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO:

A **Produtores Energéticos de Manso - PROMAN** é empresa integrante do Consórcio Manso, constituído com Centrais Elétricas Brasileiras S/A Eletrobrás (líder) para exploração compartilhada da concessão e aproveitamento do potencial de energia hidráulica localizado no rio Manso, entre os Municípios de Rosário do Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, por meio da geradora denominada "Aproveitamento Múltiplo de Manso", com potência instalada de 210 MW bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

Através do Contrato SUP 1.7.0412, firmado entre as partes, foi, então, constituído o Consórcio, nos termos da legislação vigente. O referido Contrato define as condições de conclusão do projeto executivo, das obras civis, da implantação do reservatório, da aquisição e montagem dos equipamentos eletromecânicos, da fiscalização, do gerenciamento da obra e do comissionamento do "APM-Manso" (finalizada no ano 2001), bem como, a operação e manutenção da Usina, até o fim do período de concessão.

Conforme item "G" da cláusula décima do contrato SUP nº 1.7.0412, (inserção feita mediante a assinatura do terceiro termo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

aditivo), a operação e manutenção do “APM-Manso” passaram a ser de responsabilidade da ELETROBRÁS, estando definido ainda, de acordo com o item “V” da Cláusula Sétima do mesmo contrato (terceiro termo aditivo), que ELETROBRÁS também assume todos os encargos referentes à execução dos serviços alusivos à operação e manutenção da Usina e acessórios.

Em relação à produção da Usina, essa informação não influencia na capacidade de geração de caixa da **PROMAN**.

De acordo com o Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, assinado entre o Consórcio Manso e o Poder Concedente (União), por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi assegurada às consorciadas, energia durante todo o período de concessão, calculada a potência de 92,0 MW (energia firme).

Segundo constata-se pelo descritivo da subcláusula quarta do Contrato supracitado, os valores de energia e potência asseguradas definidas serão revisados na forma da legislação, sendo que as eventuais modificações refletirão na parcela atribuída à ELETROBRÁS, ficando assegurada a **PROMAN** a energia e potência asseguradas a que esta tem direito, nos termos já estabelecidos o Contrato.

b. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Por força de contrato de compra e venda de energia, já firmado, toda energia assegurada a **PROMAN** está comprometida a venda para ELETROBRÁS em condições estabelecidas nesse Contrato assinado por **PROMAN** e ELETROBRÁS.

De acordo com o contrato de fornecimento, 100% da geração de energia da **Produtores Energéticos de Manso S.A. – PROMAN** é fornecida para Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás., ficando com essa empresa a responsabilidade de comercializar e distribuir.

c. CARACTERÍSTICAS DOS MERCADOS DE ATUAÇÃO, EM ESPECIAL:

i. PARTICIPAÇÃO EM CADA UM DOS MERCADOS:

Produção e comercialização de Energia Elétrica: 100%.

ii. CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO NOS MERCADOS:

Não é aplicável a **PROMAN**, posto que por força do contrato de compra e venda de energia, celebrado em 2000, a Cia se obriga a vender a totalidade de sua energia assegurada para Eletrobrás.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. EVENTUAL SAZONALIDADE:

Não há. Os volumes anuais de energia asseguradas à **PROMAN** são faturados mensalmente a razão de 1/12.

E. PRINCIPAIS INSUMOS E MATÉRIAS PRIMAS, INFORMANDO:

i. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES MANTIDAS COM FORNECEDORES, INCLUSIVE SE ESTÃO SUJEITAS A CONTROLE OU REGULAMENTAÇÃO GOVERNAMENTAL, COM INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DA RESPECTIVA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Não se aplica, a Operação e Manutenção da Usina (O&M) é de responsabilidade da Eletrobrás, nos termos do terceiro aditivo ao contrato de constituição do Consórcio Manso.

ii. EVENTUAL DEPENDÊNCIA DE POUCOS FORNECEDORES:

Não se aplica pelos motivos expostos acima.

iii. EVENTUAL VOLATILIDADE EM SEUS PREÇOS:

Não se aplica pois, como já relatado, a PROMAN venderá a totalidade de sua energia assegurada a ELETROBRÁS por preço pré-estabelecido, conforme condições pactuadas na proposta

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

vencedora do Certame que garantiu a PROMAN a participação, na qualidade de parceiro privado, na concessão para construção e exploração do APM-Manso.

1.5 Principais clientes

1.5. IDENTIFICAR SE HÁ CLIENTES QUE SEJAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR, INFORMANDO:

Mediante contrato celebrado em 09/06/2000 entre o Emissor e CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A (“ELETROBRÁS”), o Emissor se compromete a vender e Eletrobrás se compromete a adquirir, a totalidade de energia pertencente ao Emissor durante todo o período de concessão para a exploração da Usina Hidrelétrica de Manso (única atividade operacional da **PROMAN**).

Assim, a venda da energia à Eletrobrás representa por 100% da receita líquida da Cia.

a. MONTANTE TOTAL DE RECEITAS PROVENIENTES DO CLIENTE

VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA À FURNAS			
ANO	QUANTIDADE MW ANO	TARIFA R\$/MW	FATURAMENTO – R\$ R\$ mil/Ano
2022	30.469,75	R\$ 297,15	R\$ 9.054
2023	30.469,75	R\$ 312,09	R\$ 9.509
2024	30.469,75	R\$ 301,80	R\$ 9.196

1.5 Principais clientes

*b. SEGMENTOS OPERACIONAIS AFETADOS PELAS RECEITAS
 PROVENIENTES DO CLIENTE:*

<i>Segmento</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>
Produção e Comercialização de Energia Elétrica	R\$ 8.655	R\$ 9.111	R\$ 8.889

OBS: O volume de energia faturada pela PROMAN corresponde a energia firme, garantida pelo CCVE, deduzida da energia de Canteiro, que deverá ser devolvida à ELETROBRÁS, em 311 parcelas. Esse tema é amplamente detalhado no curso deste Formulário de Referência.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE:

A. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES E HISTÓRICO DE RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DE TAIS AUTORIZAÇÕES.

Em 10 de fevereiro de 2000, foi celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e as empresas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás (sucessora, por incorporação, de Furnas) e **Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN** integrantes do Consórcio Manso, o Contrato de Concessão de Geração N° 10/2000 – ANEEL.

Este Contrato regula a exploração compartilhada da concessão e estabelece as condições para aproveitamento, pelas Concessionárias, do potencial de energia hidráulica localizado no rio Manso, nos Municípios de Rosário do Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, por meio da geradora denominada "Aproveitamento Múltiplo de Manso", com potência instalada de 210 MVV, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora, doravante denominado corno Aproveitamento Hidrelétrico, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto nº 95.517, de 18 de dezembro de 1987.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A referida Concessão tem prazo de vigência até 10 de setembro de 2037 e o prazo da concessão poderá ser prorrogado, a critério da ANEEL, na forma legislação em vigor, quando do termo do Contrato, mediante requerimento do Consórcio.

B. PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULATÓRIAS LIGADAS A QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS PELO EMISSOR

O Contrato de Constituição de Consórcio celebrado entra as concessionárias Eletrobrás e **PROMAN**, em 18 de dezembro de 1997, prevê em sua cláusula décima segunda, parágrafo terceiro que os serviços de operação e manutenção do APM MANSO compreendem procedimentos relacionados com:

- a) Administração da Usina;
- b) Estudos Elétricos, Energéticos e Operativos;
- c) Normas e Instruções de Operação e Manutenção;
- d) Meio Ambiente;**
- e) Política e Controle de Estoques.

Em 14 de novembro de 2000 foi assinado o terceiro termo aditivo ao Contrato de Constituição de Consórcio, ao qual, as partes acordaram coma escolha a Eletrobrás como responsável pela operação e Manutenção do APM MANSO.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Assim, ficou sob a responsabilidade da Eletrobrás a política de meio ambiente a ser adotada e custeada pelo Consórcio Manso.

C. DEPENDÊNCIA DE PATENTES, MARCAS, LICENÇAS, CONCESSÕES, FRANQUIAS, CONTRATOS DE ROYALTIES RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.

Conforme item “a” acima.

D. CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS, COM INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS VALORES, EFETUADAS DIRETAMENTE OU POR MEIO DE TERCEIROS:

I. EM FAVOR DE OCUPANTES OU CANDIDATOS A CARGOS POLÍTICOS

II. EM FAVOR DE PARTIDOS POLÍTICOS

III. PARA CUSTEAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE INFLUÊNCIA EM DECISÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NOTADAMENTE NO CONTEÚDO DE ATOS NORMATIVOS

Não há

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS O EMISSOR OBTÉM RECEITAS RELEVANTES, IDENTIFICAR:

A. RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS AO PAÍS SEDE DO EMISSOR E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR;

B. RECEITA PROVENIENTE DOS CLIENTES ATRIBUÍDOS A CADA PAÍS ESTRANGEIRO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR;

<i>Segmento</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>	<i>2022</i>
CLIENTES DO PAÍS SEDE DO EMISSOR	R\$ 8.655	R\$ 9.111	R\$ 8.889
CLIENTES DE PAISES ESTRANGEIROS	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 1.7, DESCREVER IMPACTOS RELEVANTES DECORRENTES DA REGULAÇÃO DESSES PAÍSES NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não há.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**1.9 EM RELAÇÃO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG), INDICAR:**

- a) SE O EMISSOR DIVULGA INFORMAÇÕES ASG EM RELATÓRIO ANUAL OU OUTRO DOCUMENTO ESPECÍFICO PARA ESTA FINALIDADE**
- b) A METODOLOGIA OU PADRÃO SEGUIDOS NA ELABORAÇÃO DESSE RELATÓRIO OU DOCUMENTO**
- c) SE ESSE RELATÓRIO OU DOCUMENTO É AUDITADO OU REVISADO POR ENTIDADE INDEPENDENTE, IDENTIFICANDO ESSA ENTIDADE, SE FOR O CASO**
- d) A PÁGINA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O RELATÓRIO OU DOCUMENTO PODE SER ENCONTRADO**
- e) SE O RELATÓRIO OU DOCUMENTO PRODUZIDO CONSIDERA A DIVULGAÇÃO DE UMA MATRIZ DE MATERIALIDADE E INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO ASG, E QUAIS SÃO OS INDICADORES MATERIAIS PARA O EMISSOR**
- f) SE O RELATÓRIO OU DOCUMENTO CONSIDERA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) ESTABELECIDOS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E QUAIS SÃO OS ODS MATERIAIS PARA O NEGÓCIO DO EMISSOR**
- g) SE O RELATÓRIO OU DOCUMENTO CONSIDERA AS RECOMENDAÇÕES DA FORÇA-TAREFA PARA DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (TCFD) OU RECOMENDAÇÕES DE DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS DE OUTRAS ENTIDADES RECONHECIDAS E QUE SEJAM RELACIONADAS A QUESTÕES CLIMÁTICAS**
- h) SE O EMISSOR REALIZA INVENTÁRIOS DE EMISSÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA, INDICANDO, SE FOR O CASO, O ESCOPO DAS EMISSÕES INVENTARIADAS E A PÁGINA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE INFORMAÇÕES ADICIONAIS PODEM SER ENCONTRADAS**
- i) EXPLICAÇÃO DO EMISSOR SOBRE AS SEGUINTE CONDUTAS, SE FOR O CASO**
 - i) A NÃO DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ASG**
 - ii) A NÃO ADOÇÃO DE MATRIZ DE MATERIALIDADE**
 - iii) A NÃO ADOÇÃO DE INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO ASG**

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- iv) A NÃO REALIZAÇÃO DE AUDITORIA OU REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES
ASG DIVULGADAS*
- v) A NÃO CONSIDERAÇÃO DOS ODS OU A NÃO ADOÇÃO DAS
RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS A QUESTÕES CLIMÁTICAS, EMANADAS
PELA TCFD OU OUTRAS ENTIDADES RECONHECIDAS, NAS INFORMAÇÕES
ASG DIVULGADAS*
- vi) A NÃO REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE EMISSÃO DE GASES DO EFEITO
ESTUFA*

O Emissor não elabora relatórios ASG.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

.10 INDICAR, CASO O EMISSOR SEJA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA:

A. INTERESSE PÚBLICO QUE JUSTIFICOU SUA CRIAÇÃO

B. ATUAÇÃO DO EMISSOR EM ATENDIMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUINDO METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO, INDICANDO:

I. OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO SOCIAL ANTERIOR, OS DEFINIDOS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO, E OS PREVISTOS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, CRITÉRIOS ADOTADOS PELO EMISSOR PARA CLASSIFICAR ESSA ATUAÇÃO COMO SENDO DESENVOLVIDA PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO INDICADO NA LETRA "A"

II. QUANTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS ACIMA REFERIDAS, INVESTIMENTOS REALIZADOS, CUSTOS INCORRIDOS E A ORIGEM DOS RECURSOS ENVOLVIDOS – GERAÇÃO PRÓPRIA DE CAIXA, REPASSE DE VERBA PÚBLICA E FINANCIAMENTO, INCLUINDO AS FONTES DE CAPTAÇÃO E CONDIÇÕES

III. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACIMA REFERIDAS NO DESEMPENHO FINANCEIRO DO EMISSOR OU DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI REALIZADA ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACIMA REFERIDAS

C. PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E REGRAS APLICÁVEIS À FIXAÇÃO DE TARIFAS

O Emissor não é sociedade mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não há

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 INDICAR OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL ENVOLVENDO O EMISSOR E OS DOCUMENTOS EM QUE INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS POSSAM SER ENCONTRADAS.

Não ocorreram quaisquer eventos citados acima.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 INDICAR A CELEBRAÇÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ACORDOS DE ACIONISTAS E OS DOCUMENTOS EM QUE INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS POSSAM SER ENCONTRADAS.

Celebrado em 26 de setembro de 2005, o Acordo de Acionistas tem com partes:

1. REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, fundação de previdência complementar, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, RJ,;
2. FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES, fundação de previdência complementar, com sede e foro no Município do Rio de Janeiro, RJ;
3. ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA, fundação de previdência complementar, com sede e foro no Município de Belo Horizonte, MG;

Os termos do referido Acordo estão disponíveis, na íntegra, na página da empresa na rede mundial de computadores www.promanmt.com.br

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR.

Não houve

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Não há

1.16 Outras informações relevantes

1.16 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Todas as informações relevantes já foram fornecidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS:

Principais itens financeiros comparados ao exercício anterior:

Demonstrações Individuais

ITEM		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		4.266	3.866	4.247
Ativo Não Circulante		11.000	11.743	12.478
Ativo Total		15.266	15.609	16.726
Passivo Circulante		1.496	1.766	1.812
Passivo Não Circulante		14.204	14.491	15.052
Patrimônio Líquido		(437)	(648)	(138)
Passivo Total		15.266	15.609	16.726
Receita Operacional	Líquida	8.272	8.708	8.514
Resultado Financeiro	Líquido	(5.110)	(4.370)	(9.447)
Lucro do(Prejuízo) Período		211	(510)	242
Lucro (Prejuízo) Acumulado Período		(1.537)	(1.748)	(1.238)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais**Demonstração Consolidada**

ITEM	31/12/202 4	31/12/202 3	31/12/202 2
Ativo Circulante	4.431	4.001	4.341
Ativo Não Circulante	10.886	11.628	12.556
Ativo Total	15.317	15.629	16.897
Passivo Circulante	1.547	1.786	1.955
Passivo Não Circulante	14.207	14.491	15.129
Patrimônio Líquido	(437)	(648)	(187)
Passivo Total	15.317	15.629	16.897
Receita Operacional Líquida	8.272	8.708	8.514
Resultado Financeiro l Líquido	(4.976)	4.473	(9.447)
Lucro do Período	211	(510)	193
Lucro (Prejuízo) Acumulado Período	(1.537)	(1.748)	(1.187)

Receita Operacional

A Receita Operacional da **PROMAN** é originada, exclusivamente, pela comercialização do montante de energia elétrica garantida à empresa.

O montante de energia garantido a **PROMAN** foi assegurado através do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, celebrado entre o Poder Concedente, através da Agência Nacional de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Energia Elétrica- ANEEL, e as empresas integrantes do Consórcio Manso (**PROMAN** e ELETROBRÁS).

A condição de venda da totalidade da energia garantida à **PROMAN** foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica (CCVE) celebrado entre **PROMAN** (vendedora) e ELETROBRÁS (compradora).

O volume de energia garantida a PROMAN, pelo Contrato de Concessão, a ser comercializada entre o período de 2025 a 2035 corresponde a 303.664,64 MWh, que, ao valor da tarifa de energia a ser praticada em 2025 (R\$322,51/MWh) equivale a R\$ 97,935 mil.

Durante o exercício de 2025, a PROMAN comercializará 30.469,75 MWh, perfazendo uma receita bruta anual equivalente a R\$ 9.827 mil.

Na data de 01 de novembro de 2021, as integrantes do Consórcio Manso (ELETROBRÁS e PROMAN) firmaram com o Poder Concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), TERMO DE ACEITAÇÃO DE PRAZO DE EXTENSÃO DE OUTORGA E DE DESISTÊNCIA E RENÚNCIA AO DIREITO DE DISCUTIR A ISENÇÃO OU A MITIGAÇÃO DE RISCOS HIDROLÓGICOS RELACIONADOS AO MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA – MRE, nos termos da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020,

Esse termo estende o término do prazo de Concessão até 10 de setembro de 2037, com energia garantido às integrantes

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

do Consórcio sob as mesmas condições do Contrato original, ou seja, 92 MW/ano.

A distribuição do quantum de energia garantida entre as consorciadas encontra-se em processo de negociação e posterior aditamento ao Contrato de Constituição de Consórcio.

Passivo Circulante e Não Circulante

A **PROMAN** apresenta, basicamente, dois passivos onerosos.

O primeiro refere-se à obrigação de devolução, pela **PROMAN**, à ELETROBRÁS, do volume de energia elétrica disponibilizado no canteiro de obras à época da construção da Usina, que deverá ser deduzido da energia assegurada à **PROMAN**, pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000.

Conforme disposto nos itens direitos e obrigações dos Parceiros integrantes do Consórcio APM-Manso, ELETROBRÁS, na qualidade de Parceiro Público (à época da construção), tinha a obrigação de disponibilizar ao Parceiro Privado, ou seja, a **PROMAN**, energia elétrica no Canteiro de Obras. Por sua vez, a **PROMAN**, na qualidade de Parceiro Privado, tem a obrigação de devolver, a partir do 7º ano de operação da Usina, o volume de energia disponibilizado, em parcelas mensais, iguais e consecutivas, durante 311 meses.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As condições do modo de devolução estabelecidas no Contrato de Constituição do Consórcio e no CCVE estão ratificadas em Termo Aditivo ao CCVE.

A **PROMAN**, durante o exercício de 2024 pagou o equivalente a 12 parcelas mensais da referida dívida. No total, a PROMAN, pagou o equivalente a 216 parcelas mensais da referida dívida. O volume de energia de canteiro a ser devolvido foi fixado em 26.141,32 MWh.

Até dezembro de 2024, a **PROMAN** já havia devolvido 11.954,8640 MWh.

Em 2025 a **PROMAN** devolverá 1.791,9732 MWh (149,3311 MEh/mês).

O outro passivo oneroso da empresa corresponde a 10.000 debêntures que estão, atualmente, em circulação.

Essas debêntures são remuneradas através de participação no resultado operacional da Companhia, a razão de 95%.

No ano de 2024, a empresa apresentou um resultado operacional disponível, equivalente a R\$ 5.079 mil, sendo distribuído aos debenturistas, a título de remuneração, o equivalente a R\$ 4.825 mil.

Lucros e Distribuição de Dividendos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia apresentou no encerramento do exercício de 2024 lucro equivalente a R\$ 211mil.

Nos termos do §1º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia:

“§1º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda;”

Considerando que a Companhia apresentava em 31/12/2023 um prejuízo acumulado equivalente a R\$ 1.748 mi todo o lucro apurado foi revertido para compensação de prejuízo, não havendo, por conseguinte, distribuição de dividendos aos acionistas.

B. ESTRUTURA DE CAPITAL

A Estrutura Patrimonial da Companhia é muito simples.

A empresa atua em um único segmento da economia (geração de energia elétrica), tem as operações vinculadas e sua atividade (operacional, financeira e administrativa) totalmente terceirizada e, por fim, não possui folha de pagamento.

Em 31/12/2024, sua Estrutura Patrimonial, apresentou a seguinte conformação:

- a. Ativo Circulante: composto por 16,91% do “Contas a Receber” (energia vendida a Eletrobrás), 2,45% de “Impostos a Recuperar” e 80,50% de “Partes Relacionadas”(considerando que, desde

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

junho de 2021, a gestão do Caixa da Companhia é de responsabilidade de sua controlada.

- b. O Ativo Circulante representa 27,94% do Ativo Total da Companhia.
- c. O Ativo Imobilizado, referente às instalações da Usina, respondem por 71,30% do Ativo Total.
- d. O Passivo, por sua vez, é composto, fundamentalmente, pelas duas dívidas detalhadas ao longo desse formulário de referência, quais sejam, debêntures e energia de canteiro. As debêntures respondem por 72,79% do Passivo Total sendo que 4,97% do volume da dívida está alocado no Passivo Circulante e 67,82% está registrado no Passivo Não Circulante e vencem, somente, em fevereiro de 2035.
- e. A energia de canteiro representa 30,39% do Passivo Total. Essa dívida será paga, linearmente, em parcelas mensais, iguais e consecutivas até novembro de 2032.
- f. O Patrimônio Líquido Negativo (Passivo Descoberto) da Companhia representa -4,30% da Estrutura Patrimonial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS.

Os dois únicos compromissos financeiros assumido da Cia corresponde a (i) Devolução da Energia de Canteiro, que corresponde a 5,88% do valor do faturamento mensal, sendo paga mediante dedução do montante de energia assegurada pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, ou seja, não há descolamento entre o preço de tarifa praticado no faturamento (receita) e na devolução da energia (passivo); e (ii) debêntures remuneradas por participação nos resultados da Cia em circulação.

O pagamento de remuneração desse ativo está vinculado diretamente a formação de caixa disponível (após o pagamento das despesas correntes da empresa e da devolução da energia de canteiro – item (i) acima). Caso não haja suficiência de caixa, a escritura de emissão prevê que a remuneração devida e não paga não caracterizará como um evento de vencimento antecipado. Tal compromisso será classificado na Conta Passiva Debêntures para pagamento em momento posterior. Isso significa que, para esse compromisso, a empresa terá desembolso a cumprir, exclusivamente se for geradora de caixa.

D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS.

Não foram utilizadas quaisquer fontes de financiamento para capital de giro e/ou ativo não circulante nos últimos 22 anos, ou seja, após a emissão das debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

Não há.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E CARATERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS DESCRREVENDO AINDA:

i) CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES

1) Passivo: Volume de Energia Elétrica disponibilizada à **PROMAN** à época da construção da Usina APM-Manso que deverá ser devolvida em 311 meses, ou seja, até novembro de 2032

✓ Saldo a devolver (em 31/12/2024): 11.954,8640 MWh

✓ Valor da Dívida Total: R\$4.575 mil

✓ Montante de energia a ser devolvido em 2025: 1.791,9732 MWh

✓ Valor em Real devolvido em 2025: R\$ 578 mil

✓ Grau de subordinação entre as dívidas da Cia: A devolução da energia tem preferência aos demais compromisso da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cia, posto ser obrigação disposta dos documentos que permeia a Concessão para exploração do APM-Mano

2) Ativo: Debêntures Conversíveis em ações preferenciais, com participação nos lucros, em série única

✓ Quantidade em circulação: 10.000 debêntures

✓ Preço unitário das debêntures em 31/12/2024: R\$ 1.095,85.

✓ Valor total do Passivo "Debêntures" em 31/12/2024: R\$ 10.958 mil

ii) OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Não há.

iii) GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS

As debêntures são da espécie subordinada. Contudo, a Cia, a exceção da devolução da energia de canteiro, não contraiu outras dívidas.

iv) EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR, EM ESPECIAL, EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE ATIVOS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO BEM COMO SE O EMISSOR VEM CUMPRINDO ESSAS RESTRIÇÕES.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As restrições impostas ao emissor, por força da escritura de emissão são: Constituição de novos endividamentos, emissão de novos valores mobiliários, constituição de gravames sobre os bens da Cia, alienação dos bens da Cia, prestação de aval ou fiança para terceiros e/ou para os acionistas/administradores da Cia, alteração dos artigos do Estatuto Social que tratam, especificamente, dessas restrições, sem a prévia anuência dos Titulares das Debêntures da 1ª emissão da Companhia, atualmente, em circulação.

Todas as restrições impostas estão sendo, absolutamente, respeitadas, pela Administração da Companhia.

Desde a emissão das debêntures e, por consequência, inserções das restrições acima descritas, no Estatuto Social da Companhia e na Escritura de Emissão do referido valor mobiliário, a administração da Companhia não constituiu novos endividamentos, não emitiu novos valores mobiliários, não constituiu gravames sobre os bens da Cia, não alienou os bens da Cia, não prestou de aval ou fiança para terceiros e/ou para os acionistas/administradores da Cia, não alterou os artigos do Estatuto Social aos quais depende de prévia autorização dos debenturistas.

G. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

Os recursos captados via emissão de debêntures, em 2002, foram totalmente utilizados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DE FLUXO DE CAIXA

Não há

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR, EM ESPECIAL:

I. DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA

A Receita da **PROMAN** é gerada, exclusivamente, pela venda, à Eletrobrás, da energia garantida por força do Contrato de Concessão nº 10/2000 celebrada entre o Poder Concedente e as empresas integrantes do Consórcio Manso (Eletrobrás e **PROMAN**) por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A tarifa praticada foi estabelecida quando da venda da energia - Contrato de Compra e venda de energia elétrica celebrada entre Eletrobrás (compradora) e **PROMAN** (vendedora). Essa tarifa será reajustada nos meses de janeiro de cada exercício social pela variação acumulada do IGPdi, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas.

II. FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Não ocorreram fatores adversos que afetaram o Resultado Operacional da Companhia no exercício de 2024.

B. VARIAÇÕES RELEVANTES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXA DE CÂMBIO, INFLAÇÃO:

2.2 Resultados operacional e financeiro

Não se aplica pelos motivos já expostos acima.

C. IMPACTOS RELEVANTES DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR:

Não se aplica. As regras contratuais de atualização da tarifa praticadas na compra da energia assegurada são de amplo conhecimento por parte dos acionistas e investidores da Cia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS QUE TENHAM RESULTADO EM EFEITOS SIGNIFICATIVOS SOBRE AS INFORMAÇÕES PREVISTAS NOS CAMPOS 2.1 E 2.2

As atuais regras contábeis não impactaram, desde sua implementação, a contabilidade da **PROMAN**. Todos os motivos e esclarecimentos estão detalhadamente descritos nas Demonstrações Financeiras do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024.

B. OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

O parecer dos auditores emitido em 05 de março de 2025, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não apresentou opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL

B. CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

C. EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

Não foram registrados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Emissor, pois não ocorreu nenhum dos eventos elencados acima no ano de 2024.

2.5 Medições não contábeis

2.5. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

a. INFORMAR O VALOR DAS MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

Conforme tabela constante do item "b"

b. FAZER AS CONCILIAÇÕES ENTRE OS VALORES DIVULGADOS E OS VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Resultado de cada exercício social

Itens	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	9.017	9.832	9.212
Lucro Líquido	211	(510)	242
(+) Impostos e Contribuições	48	40	56
(+) Resultado Financeiro	5.167	4.805	5.011
(+) Depreciação/Amortização	743	743	743
LAJIDA	5.078	5.078	6.052
Margem LAJIDA	51,65%	52%	66%

c. EXPLICAR O MOTIVO PELO QUAL ENTENDE QUE TAL MEDIÇÃO É MAIS APROPRIADA PARA A CORRETA COMPREENSÃO DA SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES

2.5 Medições não contábeis

A Companhia elaborou o LAJIDA com a finalidade de demonstrar sua capacidade de gerar recursos para pagamento de suas despesas correntes e das debêntures em circulação.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Não houve a ocorrência de qualquer evento subsequente, após o encerramento do exercício social findo em 31/12/2024 que altere, substancialmente, as demonstrações financeiras desta Emissora.

2.7 Destinação de resultados

2.7. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAL INDICANDO:

A Política de distribuição de resultados da **PROMAN** está estabelecida no seu Estatuto Social, conforme descrito abaixo. Contudo, nos últimos 3 anos, a **PROMAN** não promoveu distribuição dos resultados a seus acionistas pois os lucros auferidos nos exercícios de 2022 a 2024 foram utilizados, na sua integralidade, para compensação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores.

Nos termos do §1º do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia:

“§1º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda;”

A. REGRAS SOBRE RETENÇÃO DE LUCROS

As seguintes regras constam do Estatuto Social da Cia, artigo 37º:

“Artigo 37º: As demonstrações financeiras do exercício registrarão a destinação do lucro líquido do exercício segundo proposta da Administração da Companhia a ser apresentada à Assembleia Geral, no pressuposto pela mesma, observado o seguinte:

2.7 Destinação de resultados

§1º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda;

§2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções de que trata o §1º supra, destinar-se-á:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/76;

b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra “a” supra e ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, destinar-se-ão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e

c) o saldo que houver, após as destinações previstas neste Artigo, será destinado a retenção de lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76.”

B. REGRAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme disposto no item “A” acima.

C. PERIODICIDADE DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS

A periodicidade de pagamento de dividendos é anual.

2.7 Destinação de resultados

D. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS IMPOSTAS POR LEGISLAÇÃO OU REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL APLICÁVEL AO EMISSOR, ASSIM COMO CONTRATOS, DECISÕES JUDICIAIS, ADMINISTRATIVAS OU ARBITRAIS

Não há.

E. SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS FORMALMENTE APROVADA, INFORMANDO, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULQUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO.

O Emissor adota a **POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS** estabelecida no artigo 37º do seu Estatuto Social.

A aprovação da última versão do Estatuto Social ocorreu em 28 de fevereiro de 2023 em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas.

O Estatuto Social está disponível para consulta pública no website da Companhia www.promanmt.com.br e no site da CVM.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELO EMISSOR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:

I. CARTEIRAS DE RECEBÍVEIS BAIXADAS SOBRE AS QUAIS A ENTIDADE NÃO TENHA RETIDO NEM TRANSFERIDO SUBSTANCIALMENTE OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA PROPRIEDADE DO ATIVO TRANSFERIDO, INDICANDO RESPECTIVOS PASSIVOS;

Não se aplica.

II. CONTRATOS DE FUTURA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS;

Venda de energia garantida pelo Contrato de compra e venda de energia elétrica, cujo volume está garantido pelo contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, independente do volume de energia gerado pelo APM-Manso (objeto da Concessão para exploração comercial).

OBS: Os Termos do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000 encontra-se disponível no site www.aneel.gov.br

III. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO NÃO TERMINADA;

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não se aplica.

IV. CONTRATOS DE RECEBIMENTOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS;

Não se aplica.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Não se aplica.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

a. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR;

O Volume de Energia Garantida não está alocado no “Contas a Receber” da **PROMAN**. Mensalmente, é disponibilizado à **PROMAN** 1/12 da energia firme anual, conforme disposto no Contrato de Concessão nº 10/2000 celebrado entre o Consórcio Manso (Furnas e **PROMAN**) e a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica. Essa energia disponibilizada é vendida a Eletrobrás e o faturamento é classificado como Receita Operacional da **PROMAN**.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO;

A operação supracitada está disposta nos contratos de Constituição de Consórcio, de Concessão e Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE).

c. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DO EMISSOR EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO;

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

O volume de energia garantida a **PROMAN**, pelo Contrato de Concessão, a ser comercializada entre o período de 2025 a 2035 corresponde a 303.664,64 MW, que, ao valor da tarifa de energia praticada em 2025 (R\$322,51/MW) equivale a R\$ 97.935 mil.

2.10 Planos de negócios

2.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEQUINTE TÓPICOS:

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

- i. **DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS;**
- ii. **FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS;**
- iii. **DESINVESTIMENTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO E DESINVESTIMENTOS PREVISTOS;**

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DO EMISSOR

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, INDICANDO:

I. DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS EM ANDAMENTO JÁ DIVULGADAS;

II. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR EM PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS;

2.10 Planos de negócios

III. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO JÁ DIVULGADOS;

IV. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS.

Por força dos diversos contratos celebrados entre a Cia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica, a consorciada Eletrobrás responsabilizar-se-á pela operação e manutenção do APM-Manso, até o término do período de Concessão, arcando, inclusive com o ônus dessa atividade.

Sendo a **PROMAN**, uma sociedade de propósito específico, e, tendo com objetivo social, exclusivamente a exploração comercial do APM-Manso, não estão previstos investimentos por parte da empresa.

D. OPORTUNIDADE INSERIDA DE NO PLANO DE NEFÓCIOS DO EMISSOR RELACIONADOS À QUESTÕES ASQ

Não se aplica

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional***2.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO***

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. AS PROJEÇÕES DEVEM IDENTIFICAR:

A. OBJETO DA PROJEÇÃO;

B. PERÍODO PROJETADO E O PRAZO DE VALIDADE DA PROJEÇÃO;

C. PREMISSAS DA PROJEÇÃO, COM A INDICAÇÃO DE QUAIS PODEM SER INFLUENCIADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR E QUAIS ESCAPAM AO SEU CONTROLE;

D. VALORES DOS INDICADORES QUE SÃO OBJETO DA PREVISÃO;

A divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

A **PROMAN** tem pré-definido, via Contrato de Concessão, o volume assegurado de energia elétrica que será disponibilizada a Cia.

De acordo com o referido contrato, caso a usina gere um volume de energia superior e/ou inferior à potência assegurada, a diferença será acrescida e/ou deduzida do volume de energia assegurado a Eletrobrás, não refletindo sobre a energia garantida à **PROMAN**.

De acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE), celebrado em novembro de 2000, por Eletrobrás (compradora) e **PROMAN** (vendedora), o preço a ser praticado para a venda da energia da **PROMAN** já está definido e não sofrerá qualquer tipo de influência sobre o preço de mercado praticado por outros agentes.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Dentro desse contexto, onde já é de conhecimento dos investidores da **PROMAN** o volume e preço a serem faturados anualmente, durante o período da concessão, a Cia não divulga projeções sobre o mercado de atuação.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. NA HIPÓTESE DE O EMISSOR TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES:

A. INFORMAR QUAIS ESTÃO SENDO SUBSTITUÍDAS POR NOVAS PROJEÇÕES INCLUÍDAS NO FORMULÁRIO E QUAIS DELAS ESTÃO SENDO REPETIDAS NO FORMULÁRIO

B. QUANTO ÀS PROJEÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS JÁ TRANSCORRIDOS, COMPARAR OS DADOS PROJETADOS COM O EFETIVO DESEMPENHO DOS INDICADORES, INDICANDO COM CLAREZA AS RAZÕES QUE LEVARAM A DESVIOS NAS PROJEÇÕES

C. QUANTO ÀS PROJEÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS AINDA EM CURSO, INFORMAR SE AS PROJEÇÕES PERMANECEM VÁLIDAS NA DATA DE ENTREGA DO FORMULÁRIO E, QUANDO FOR O CASO, EXPLICAR POR QUE ELAS FORAM ABANDONADAS OU SUBSTITUÍDAS

Pelos motivos expostos no item 3.1, esse item não se aplica a Cia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 DESCREVER OS FATORES DE RISCO COM EFETIVO POTENCIAL DE INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO, OBSERVANDO AS CATEGORIAS ABAIXO E, DENTRO DELAS, A ORDEM DECRESCENTE DE RELEVÂNCIA:

a. EMISSOR

A **PROMAN** é uma sociedade que tem como objeto, exclusivamente, a exploração, em consórcio com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRÁS, sob regime de concessão, da central geradora denominada Aproveitamento Múltiplo de Manso (APM-MANSO), nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 10/2000 – ANEEL, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A operação e manutenção da Usina são de responsabilidade da Eletrobrás, líder do Consórcio.

A perda da concessão levará a liquidação da empresa.

b. SEUS ACIONISTAS, EM ESPECIAL ACIONISTAS CONTROLADORES

Seus controladores são entidades fechadas de previdência complementar e tem as diretrizes de seus investimentos estabelecidos através de Resoluções promulgadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Caso haja alterações nas diretrizes para aplicação dos recursos dessas entidades, o Controle Societário poderá ser alienado para terceiros, o que poderá afetar diretamente os

4.1 Descrição dos fatores de risco

interesses dos acionistas minoritários e/ou dos investidores da Cia.

As ações da **PROMAN** não têm liquidez, o volume de negócios de compra e venda das ações da **PROMAN** é, praticamente, inexistente.

Apesar de a Cia manter seu registro ativo, para negociação de suas ações, a última operação de compra e venda de ações ocorreu em 2005 através de negociação privada.

c. SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS

Não se aplica. A **PROMAN** detém participação societária, tão somente, na empresa PRMN11 Gestão Empresarial EIRELI (subsidiária integral).

A referida controlada é uma prestadora de serviços para desenvolvimento de atividades, meramente, administrativas, presta serviços, exclusivamente, para a Emissora e está, por força de Contrato Social, impedida de se endividar e/ou investir em outros negócios.

d. SEUS ADMINISTRADORES

Não se aplica. A empresa tem um único objeto social, não pode atuar em novos negócios, não pode contrair financiamentos e/ou emitir novos valores mobiliários, atuando, exclusivamente em suas atividades administrativas. Suas rotinas dependem da autorização

4.1 Descrição dos fatores de risco

conjunta da diretoria, assim não consideramos risco de gestão pelos administradores.

e. SEUS FORNECEDORES

Não se aplica. A **PROMAN** não é responsável pela operação e manutenção do APM-Manso.

f. SEUS CLIENTES

O único cliente da **PROMAN** é a Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás que adquiriu a totalidade da energia garantida a **PROMAN**.

O risco inerente à carteira de clientes, deve-se mensurar o risco da Eletrobrás cujo rating divulgado recentemente pela Cia classifica-a como baixo risco.

g. SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS O EMISSOR ATUE

A geração e distribuição de energia atende a todos os segmentos da economia, oxigenando o crescimento do PIB Nacional.

O risco do setor está ligado diretamente às expectativas de desempenho da economia doméstica. Contudo, independentemente do comportamento da Economia, Eletrobrás garante a aquisição da energia assegurada a **PROMAN**.

h. REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE O EMISSOR ATUE

4.1 Descrição dos fatores de risco

O setor está sujeito a uma ampla legislação e a grandes alterações regulatórias e, assim sendo, não se pode prever com exatidão os impactos relacionados a estas mudanças.

Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou, substancialmente, as diretrizes do setor até então vigentes.

A implementação do novo modelo do setor elétrico no Brasil (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), promoveu profundas modificações em sua estrutura, dentre as quais: (i) a alteração das regras sobre a compra e venda de energia elétrica entre as empresas geradoras de energia e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) novas regras para licitação de empreendimentos de geração; (iii) a criação da CCEE e de novos órgãos setoriais; e (iv) a alteração nas competências do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O Governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, contudo, a Companhia não poderá ter refletido, em seus resultados, os efeitos desses novos procedimentos, em virtude da celebração dos Contratos relacionados à Concessão da Usina e comercialização da energia garantida a **PROMAN** ocorrida no ano de 2000 e que vigorará até o ano de 2035.

i. PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE O EMISSOR ATUE.

Não se aplica.

j. QUESTÕES SÓCIAIS

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não se aplica a **PROMAN**. A empresa não tem projetos de investimentos, pois tem como objeto social, exclusivamente, a exploração, em regime de Consórcio, do Aproveitamento Múltiplo de Manso e, como, detalhado em alguns itens deste relatório, a operação e manutenção do empreendimento é de responsabilidade da Eletrobrás e as questões sociais fazem parte de seu escopo, na qualidade de integrante do Consórcio.

k. QUESTÕES AMBIENTAIS

as questões ambientais fazem parte do escopo da Eletrobrás, na qualidade de integrante do Consórcio

l. QUESTÕES CLIMÁTICAS INCLUINDO RISCOS FÍSICOS E DE TRANSIÇÃO

Não se aplica

m. OUTRAS QUESTÕES NÃO COMPREENDIDAS NOS ITENS ANTERIORES

Não se aplica

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 INDICAR OS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1, INDEPENDENTEMENTE DA CATEGORIA EM QUE ESTEJAM INSERIDOS

1. Baixa Liquidez dos ativos mobiliários
2. Controle societário por EFPCs, ao qual suas diretrizes de investimentos são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e estão sujeitas a alterações
3. Um único cliente que foi privatizado recentemente e que está passando por reestruturações internas..
4. Segmento de Energia Elétrica sujeito a alterações em seu marco regulatório alterando, substancialmente os paradigmas do setor.
5. Quebra unilateral, pelo Poder Concedente, das condições contratuais pactuadas mediante celebração do Contrato de Concessão 10/2000.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 DESCREVER QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE OS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXA DE JUROS

Os documentos que consubstanciam a participação da **PROMAN** no Consórcio Manso, responsável pela exploração, sob regime de concessão do APM-Manso, mitigam a exposição da Cia aos riscos de mercado comumente imputáveis a esse tipo de operação.

O Emissor por motivos detalhados em diversos itens desse relatório, afirmar não incorrer em riscos cambiais e/ou relacionados as variações de taxas de juros.

Independentemente de volatilidades dos mercados, aceleração e/ou desaceleração do crescimento da Economia e/ou interferências governamentais na prática de tarifas e/ou na relação de compra e venda de energia elétrica, a **PROMAN** detém um volume de energia assegurado e previamente vendida o Eletrobrás.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INDICANDO:

- a. JUÍZO;**
- b. INSTÂNCIA;**
- c. DATA DE INSTAURAÇÃO;**
- d. PARTES NO PROCESSO;**
- e. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS;**
- f. PRINCIPAIS FATOS;**
- g. RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS**
- h. ESTÁGIO DO PROCESSO**
- i. SE A CHANCE DE PERDA É:**
 - I. PROVÁVEL;**
 - II. POSSÍVEL;**
 - III. REMOTA;**
- j. MOTIVO PELO QUAL O PROCESSO É CONSIDERADO RELEVANTE**
- k. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO;**

1) Processo: 1000100-48.2021.8.11.0024

- a. JUÍZO;**
2ª Vara Cível de Chapada dos Guimarães
- b. INSTÂNCIA;**
1ª Instancia

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. DATA DE INSTAURAÇÃO;

19/01/2021

d. PARTES NO PROCESSO;

Município de Chapada de Guimaraes (Exequente) x Furnas Centrais Elétricas S/A (Executada) x PROMAN – Produtores Energéticos de Manso S/A (Executada).

e. VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS;

R\$ 49.410.418,74

f. PRINCIPAIS FATOS;

Trata-se de Execução distribuída em 19.01.2021 pelo Município de Chapada de Guimaraes/MT em face de FURNAS e PROMAN, solidariamente, para cobrança do valor inicial de R\$ 49.410.418,74 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos), supostamente devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano, IPTU, em razão da existência do bem imóvel que abriga o complexo industrial da Usina de Manso, sito à Rodovia MT 351, S/N.

Em 31/05/2021 – Apresentada por PROMAN Exceção de Pré Executividade, questionando a ilegitimidade passiva da PROMAN para figurar na Execução, uma vez não ser

4.4 Processos não sigilosos relevantes

contribuinte responsável, não ter figurado no processo administrativo que gerou o lançamento fiscal.

Em 29/09/2021 – Proferida Decisão favorável a PROMAN, com sua exclusão da execução em razão de sua ilegitimidade passiva.

Em 08/10/2021 – Opostos Embargos de Declaração contra Decisão que excluiu a PROMAN da EXECUÇÃO.

Em 27/10/2021 – Foram julgados improcedentes os Embargos de Declaração do Município de Chapada dos Guimarães.

Em 10/11/2021 – Foi Interposto Agravado de Instrumento pelo Município de Chapada de Guimarães contra decisão determinou a exclusão da PROMAN da Execução, que foi distribuído para Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Egrégio Tribunal de Justiça do Mato Grosso, sob a relatoria da Exma. Desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos.

Em 21/03/22 – Foi proferida decisão favorável ao Município de Chapada de Guimarães para determinar a reinclusão da PROMAN no polo passivo pois tratava-se de matéria que necessitava dilação probatória, a ser feita em sede de Embargos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 21/07/22 – Foi proferida decisão em sede de Embargos de Declaração, rejeitando-se os embargos declaratório por não conter vício.

Em 30/05/2022 – Foi apresentado pela PROMAN Embargos a Execução para discussão da matéria, com pedido de gratuidade não apreciado até a presente data.

Em 08/09/2022 – A Aneel ingressou no feito e requereu que o processo fosse redistribuído para a Justiça Federal.

Em 12/09/2022 – Foi proferida decisão pela 2ª Vara Cível de Chapada dos Guimarães – MT declinando a competência para a Justiça Federal.

Em 14/09/2022 – PROMAN apresentou ED contra a decisão que determinou a mudança de competência para a Justiça Federal, tão somente para que antes fosse apreciado novo pedido de exclusão apresentado, não tendo sido apreciado até agora.

Processo será redistribuído para a Justiça Federal em razão da entrada da Aneel como terceira interessada no polo passivo.

Há de se pontuar que o Município atualmente penhorou o valor da Execução em sua integralidade de FURNAS.

g. RESUMOS DAS PRINCIPAIS DECISÕES DE MÉRITO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Exceção de Pré Executividade da PROMAN acolhida sob argumento de que PROMAN nunca foi possuidora da área, deixando de analisar outros argumentos como a ausência da PROMAN na CDA e no processo administrativo de lançamento.

Acórdão em Agravo de Instrumento contra a decisão que excluiu a PROMAN sob o argumento, processual, que a matéria deveria ser discutida sem de Embargos a Execução e não em sede de Exceção de Pré Executividade.

Decisão que determinou a remessa para a Justiça Federal

h. ESTAGIO DO PROCESSO:

Processo em 1ª Instancia, aguardando remessa para a Justiça Federal

i. SE A CHANCE DE PERDA É:

Remota

j. ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO;

Em caso de perda, a PROMAN poderá ser condenada, solidariamente a FURNAS, a pagar R\$49.410.418,74 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e dez mil e quatrocentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos), que com correções e honorarios monta aproximadamente R\$72.000.000,00, já bloqueados de FURNAS.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Vale ressaltar que a execução se encontra integralmente garantida com recursos exclusivos de FURNAS.

e. VALOR PROVISIONADO, SE HOUVER PROVISÃO;

Não há provisão

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

***4.5 INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO, SE HOUVER, DOS
PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4***

Não há

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NO ITEM 4.4, ANALISAR O IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAR OS VALORES ENVOLVIDOS

Não há.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. DESCREVER OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES

Não há.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1, INFORMAR:

A) SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA FORMALIZADA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, DESTACANDO, EM CASO AFIRMATIVO, O ÓRGÃO QUE APROVOU E A DATA DE SUA APROVAÇÃO, E, EM CASO NEGATIVO AS RAZÕES PELAS QUAIS O EMISSOR NÃO ADOTOU UMA POLÍTICA

A **PROMAN** não adota política de Gerenciamento de risco pelos motivos expostos a seguir:

- 1) Por força de todo arcabouço jurídico que permeia a Concessão da Usina e a venda da energia da **PROMAN** para a **LETROBRÁS**, a venda da energia firme estabelecida no Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000 é garantida a razão de 1/12 do volume anual de energia;
- 2) A **PROMAN** emite uma única fatura para venda de sua energia assegurada, ao qual, a quantidade de MWh e tarifa estão definidas desde o início da Concessão, não sofrendo interferências externas de qualquer natureza;
- 3) Os recursos são pagos, pela **ELETROBRÁS**, no dia 15 de cada mês e, em caso de inadimplência, a **PROMAN** detém mecanismos para que permitam que, em prazo não superior a 48 horas, os recursos estejam disponibilizados a empresa, quais sejam: a) acesso a uma conta centralizadora de titularidade da **ELETRIBRÁS** por onde a compradora da energia da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

PROMAN é obrigada a receber, de algumas de suas supridas, os recursos de sua venda de energia ao mercado. A **PROMAN** detém procuração para, em caso de inadimplência, retirar dessa conta os recursos necessários ao pagamento de sua fatura

- 4) Após o recebimento, pela **PROMAN**, dos recursos oriundos da venda de energia (até o dia 15 de cada mês), a empresa retém, única e exclusivamente, um volume de recursos necessários aos pagamentos das despesas correntes, cujos vencimentos estejam programados para o período compreendido entre os dias 15 de cada mês;
- 5) O saldo remanescente, por força da Escritura de emissão das debêntures em circulação, é distribuído aos debenturistas até o dia 25 de cada mês. Desse modo, a **PROMAN** não faz gerenciamento de caixa e, por conseguinte, não adota política de gerenciamento de risco.

Em relação aos demais riscos relacionados no item 4.1, nos esclarecimentos feitos quando da resposta ao próprio item, tais como, fornecedores, cliente, Regulação do segmento, questões sócias, ambientais e climáticas, fica explicitado que a adoção de política gerenciamento de risco para a **PROMAN** torna-se desnecessária.

Quaisquer problemas que possam afetar, negativamente, a **PROMAN**, não podem, no cenário atual, ser mensurados e, por conseguinte, mitigados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

B) OS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, QUANDO HOUVER, INCLUINDO:

i) OS RISCOS PARA OS QUAIS SE BUSCA PROTEÇÃO

ii) OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO

iii) A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Conforme esclarecido no item a acima, não se aplica ao Emissor.

C. A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL E DE CONTROLES INTERNOS PARA VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA ADOTADA

Conforme esclarecido no item a acima, não se aplica ao Emissor.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR

- A) AS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONTROLES INTERNOS E O GRAU DE EFICIÊNCIA DE TAIS CONTROLES, INDICANDO EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA CORRIGI-LAS;**
- B) AS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS ENVOLVIDAS**
- C) SE E COMO A EFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS É SUPERVISIONADA PELA ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR, INDICANDO O CARGO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO REFERIDO ACOMPANHAMENTO**
- D) DEFICIÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS PRESENTES NO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO, PREPARADO E ENCAMINHADO AO EMISSOR PELO AUDITOR INDEPENDENTE, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO EMITIDA PELA CVM QUE TRATA DO REGISTRO E DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INDEPENDENTE**
- E) COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE AS DEFICIÊNCIAS APONTADAS NO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO PREPARADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE E SOBRE AS MEDIDAS CORRETIVAS ADOTADAS**

A rotina administrativa e financeira da **PROMAN** é terceirizada, posto que a Companhia na possui quadro funcional.

Os controles são elaborados em planilhas de acompanhamento e cálculo das principais contas que impactam as demonstrações financeiras da Cia, tais como: distribuição de remuneração e amortização extraordinária das debêntures em circulação, depreciação dos ativos permanentes, emissão dos livros sociais e acompanhamento dos eventos societários que por ventura, sejam refletidos nos registros contábeis da Cia entre outros.

Os instrumentos de controle são considerados adequados e permitem que os dados mensais sejam disponibilizados aos acionistas e/ou investidores durante a primeira quinzena do mês subsequente.

5.2 Descrição dos controles internos

O acompanhamento é feito, diretamente, pela Diretoria financeira e de Relações com Investidores.

Não entendemos que haja deficiência nos controles internos, inclusive, a auditoria externa não apontou falhas e/ou deficiências em seus relatórios e em reuniões presenciais que motivassem a Cia a alterar e/ou aprimorar seus controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 EM RELAÇÃO AOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE ADOTADOS PELO EMISSOR PARA PREVENIR, DETECTAR E SANAR DESVIOS, FRAUDES, IRREGULARIDADES E ATOS ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, INFORMAR:

A. SE O EMISSOR POSSUI REGRAS, POLÍTICAS, PROCEDIMENTOS OU PRÁTICAS VOLTADAS PARA A PREVENÇÃO E REMEDIAÇÃO DE FRAUDES E ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, IDENTIFICANDO, EM CASO POSITIVO:

Até a presente data, o Emissor não adotou uma política formal de prevenção e remediação de fraudes e ilícitos contra a **Administração Pública** pois, como já detalhado nesse formulário de referência, o Emissor integra o **Consórcio APM-Manso** e, de acordo com o Contrato de Constituição de Consórcio e seus aditivos, celebrado entre **PROMAN** e **ELETROBRÁS**, com a interveniência do Poder Concedente (**UNIÃO**) por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ("**ANEEL**"), todo o relacionamento existente entre o **Consórcio APM-Manso** e a **Administração Pública** é conduzido, exclusivamente, pela **ELETROBRÁS**.

i. OS PRINCIPAIS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE INTEGRIDADE ADOTADOS E SUA ADEQUAÇÃO AO PERFIL E RISCOS IDENTIFICADOS PELO EMISSOR, INFORMANDO COM QUE FREQUÊNCIA OS RISCOS SÃO REAVALIADOS E AS POLÍTICAS, PROCEDIMENTOS E AS PRÁTICAS SÃO ADAPTADAS

5.3 Programa de integridade

ii. AS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS ENVOLVIDAS NO MONITORAMENTO DO FUNCIONAMENTO E DA EFICIÊNCIA DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE, INDICANDO SE AS ATRIBUIÇÕES, SE SUA CRIAÇÃO FOI FORMALMENTE APROVADA, ÓRGÃO DO EMISSOR A QUE SE REPORTAM, E OS MECANISMOS DE GARANTIA DA INDEPENDÊNCIA DE SEUS DIRIGENTE, SE EXISTENTES

iii. SE O EMISSOR POSSUI CÓDIGO DE ÉTICA OU DE CONDUTA FORMALMENTE APROVADO, INDICANDO:

iii.1. SE ELE SE APLICA A TODOS OS DIRETORES, CONSELHEIROS FISCAIS, CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS E SE ABRANGE TAMBÉM TERCEIROS, TAIS COMO FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇO, AGENTES INTERMEDIÁRIOS E ASSOCIADOS.

iii.2. SE E COM QUE FREQUÊNCIA OS DIRETORES, CONSELHEIROS FISCAIS, CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS SÃO TREINADOS EM RELAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA E ÀS DEMAIS NORMAS EWLACIONADAS AO TEMA.

iii.3. AS SANÇÕES APLICÁVEIS NA HIPÓTESE DE VIOLAÇÃO AO CÓDIGO OU A OUTRAS NORMAS RELATIVAS AO ASSUNTO, IDENTIFICANDO O DOCUMENTO ONDE ESSAS SANÇÕES ESTÃO PREVISTAS

iii.4. ÓRGÃO QUE APROVOU O CÓDIGO, DATA DE APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULQUE O CÓDIGO DE CONDUTA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

O Emissor não possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, até a presente data.

5.3 Programa de integridade

B. B. SE O EMISSOR POSSUI UM CANAL DE DENÚNCIAS, INDICANDO, EM CASO DE POSITIVO:

- i. SE O CANAL DE DENÚNCIAS É INTERNO OU SE ESTÁ A CARGO DE TERCEIROS**
- ii. SE CANAL ESTÁ ABERTO PARA O RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS DE TERCEIROS OU SE RECEBE DENÚNCIA SOMENTE DE EMPREGADOS**
- iii. SE HÁ MECANISMO DE ANONIMOS E DE PROTEÇÃO A DENUNCIANTE DE BOA FÉ**
- iv. ÓRGÃO DO EMISSOR RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS**

O Emissor não possui um canal de denúncias, formalmente aprovado, até a presente data.

C. SE O EMISSOR ADOTA PROCEDIMENTOS EM PROCESSOS DE FUSÃO, AQUISIÇÃO E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADES E DE RISCO DE PRÁTICAS IRREGULARES NAS PESSOAS JURÍDICAS ENVOLVIDAS

Não

D. CASO O EMISSOR NÃO POSSUA REGRAS, POLÍTICAS, PROCEDIMENTOS OU PRÁTICAS VOLTADAS A PREVENÇÃO, DETECÇÃO E REMEDIAÇÃO DE FRAUDES E ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, IDENTIFICAR AS RAZÕES PELAS QUAIS O EMISSOR NÃO ADOTOU CONTROLES NESSE SENTIDO

5.3 Programa de integridade

A Empresa não adotou procedimentos formais referentes à processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias além do que o **Estatuto Social da Companhia** e a **Escritura de 1ª Emissão de Debêntures** já estabelecem.

O Emissor é impedido, por força desses instrumentos, de promover aquisições, fusões, alienações e reestruturações societárias sem o prévio e expresso consentimento dos **Titulares da Debêntures**.

Para garantir esse direito, quaisquer autorizações, nesse sentido, só poderão ocorrer mediante aprovação, com quórum qualificado, de acionistas, reunidos em assembleias (inclusive participações de acionistas minoritários, ou seja, que não compõem o Bloco de Controle) e Conselho de Administração.

É importante enfatizar que a formação do Conselho de Administração permite que membro do Conselho de Administração independente forme, juntamente com os representantes dos acionistas, o quórum qualificado estabelecido no Estatuto Social da **PROMAN**.

A empresa não possui quadro funcional, carteira de fornecedores e seu único cliente, por imposição de todo arcabouço jurídico que norteia a Concessão do APM-Manso ao Consórcio e a própria formação de Consórcio, é a ELETROBRÁS que, por sua vez, é responsável pela condução da relação do Consórcio com o Poder Público e não seria afetada por quaisquer práticas que envolvesse procedimentos de fusão, aquisição e/ou reestruturação societária da **PROMAN**.

5.4 Alterações significativas

5.4 INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA, COMENTANDO, AINDA, EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS.

Não houve.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA						
00.529.828/0001-31	Brasil	Sim	Sim	26/09/2005		
Não						
15.000	15,000	0	0,000	15.000	15,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BFAI ATIVOS IMOBILIÁRIOS LTDA						
16.706.091/0001-15	Brasil	Não	Não	27/04/2015		
Não						
28.500	28,500	0	0,000	28.500	28,500	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES						
00.397.695/0001-97	Brasil	Sim	Sim	26/09/2005		
Não						
20.000	20,000	0	0,000	20.000	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSTITUTO GEIPREV DE SEGURIDADE SOCIAL						
00.529.784/0001-40	Brasil	Não	Não	26/09/2005		
Não						
12.400	12,400	0	0,000	12.400	12,400	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL						
34.269.803/0001-68	Brasil	Sim	Sim	26/09/2005		
Não						
20.000	20,000	0	0,000	20.000	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
4.100	4,100	0	0,000	4.100	4,100	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA				00.529.828/0001-31		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
15.000	100,000	0	0,000	15.000	100,000	
TOTAL						
15.000	100,000	0	0,000	15.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BFAI ATIVOS IMOBILIÁRIOS LTDA				16.706.091/0001-15		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
28.500	100,000	0	0,000	28.500	100,000	
TOTAL						
28.500	100,000	0	0,000	28.500	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES				00.397.695/0001-97		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	
TOTAL						
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSTITUTO GEIPREV DE SEGURIDADE SOCIAL				00.529.784/0001-40		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
12.400	100,000	0	0,000	12.400	100,000	
TOTAL						
12.400	100,000	0	0,000	12.400	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL				34.269.803/0001-68		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	
TOTAL						
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	25/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	4

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	45.000	45,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	45.000	45,000%

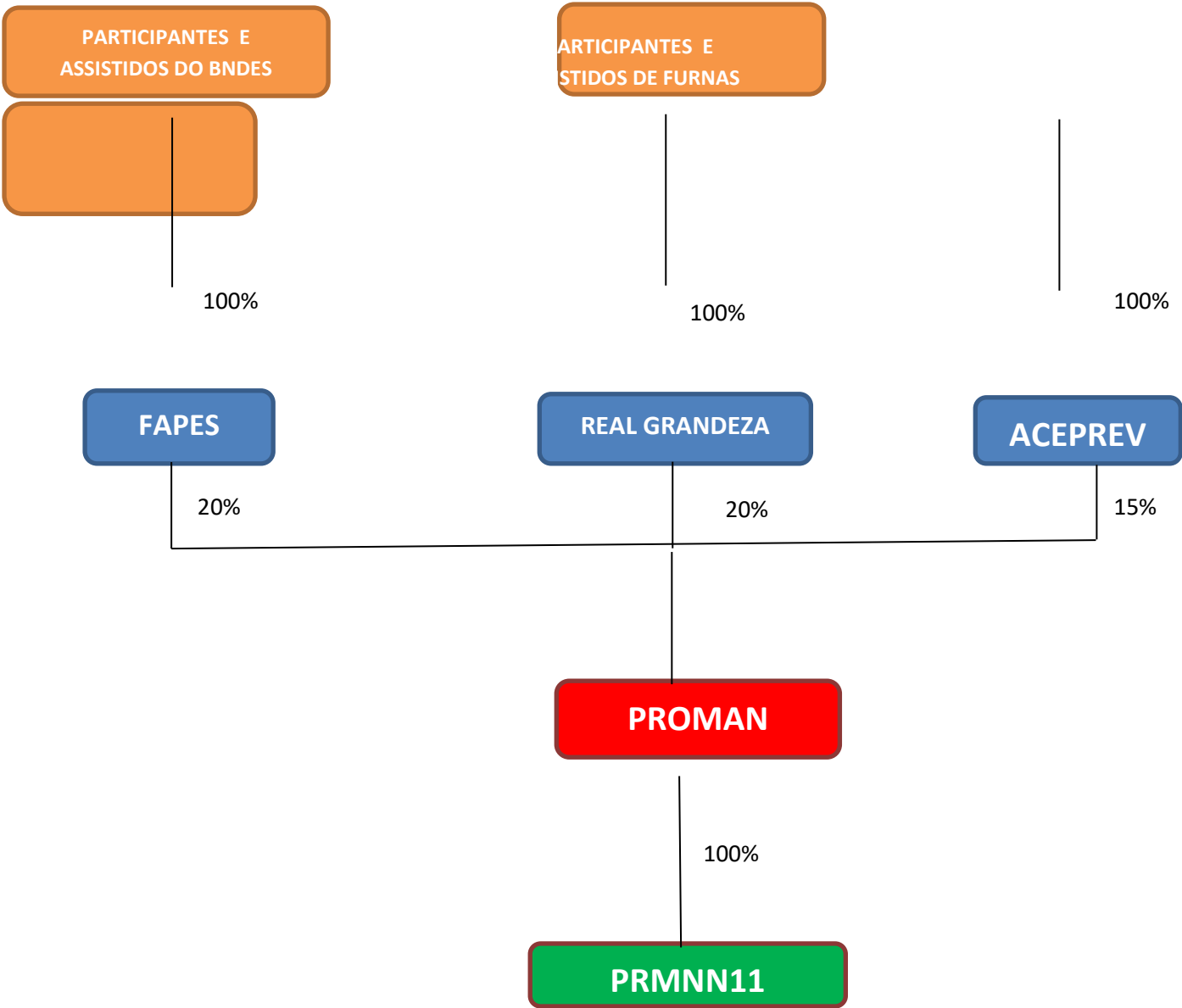
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
PRMN11 – GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI	42.269.551/0001-03	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. INSERIR ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DO EMISSOR E DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE INDICANDO:

- A. TODOS OS CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS E CASO O EMISSOR DESEJE OS ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES.
- B. PRINCIPAIS CONTROLADAS E COLIGADAS DO EMISSOR
- C. PARTICIPAÇÕES DO EMISSOR EM SOCIEDADES DO GRUPO
- D. PARTICIPAÇÕES DE SOCIEDADES DO GRUPO NO EMISSOR
- E. PRINCIPAIS SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Os controladores s do Emissor são Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs).

Essas entidades funcionam como gestoras e titulares formais ou jurídicos dos patrimônios dos Planos de Benefícios. Todavia, os patrimônios geridos pelas EFPCs pertencem, de fato e de direito, aos seus participantes/assistidos.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULQUE RELEVANTES

O Bloco de Controle da **PROMAN** é formado pela REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES e ACEPREV – Acesita Previdência Privada, ou seja, Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Essas entidades, também conhecidas como Fundos de Pensão, são constituídas sob a forma de sociedade civil ou fundação sem fins lucrativos, com a finalidade de administrar os planos privados de concessão de benefícios complementares de aposentadoria.

Os fundos de pensão funcionam como gestores e titulares formais ou jurídicos dos patrimônios dos Planos de Benefícios.

Em última análise, o real papel de uma EFPC é de natureza instrumental, pois se resume a uma estrutura gerencial, técnica e operacional especializada na gestão de planos de benefícios, cujos patrimônios pertencem, de fato e de direito aos seus participantes/assistidos.

Outros investidores com participação superior a 5% são:

Instituto GEIPREV de seguridade social, Entidade Fechada de Previdência Complementar, detentora de 12,4% das ações ordinárias da Cia, e a BFAI Ativos Imobiliários LTDA, sociedade por cotas, de responsabilidade limitada detentora de 28,50% das ações ordinárias da Cia.

6.6 Outras informações relevantes

No caso da BFAI Ativos Imobiliários LTDA (acionista minoritária), detentora de 28,50% das ações ordinárias da **PROMAN**, seu capital é de R\$1.069.500,00 (um milhão, sessenta e nove mil e quinhentos reais), subdividido em 1.069.000 (um milhão, sessenta e nove mil e quinhentas cotas), sendo a totalidade das quotas de titularidade de IZABELLA TINOCO DE CARVALHO.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 DESCRIVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Art. 21 do Estatuto Social do Emissor, o Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares que serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo, no mínimo, 20% (vinte por cento) membros independentes, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer tempo, sendo um Presidente, e os demais conselheiros sem designação específica.

O Conselho de Administração deve avaliar e divulgar os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar eventuais circunstâncias que possam comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, tais como, sem prejuízo de outras, as abaixo relacionadas.

(a) ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas;

(b) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;

(c) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou

(d) ter cumprido mais de 5 (cinco) mandatos consecutivos como conselheiro na companhia.

CONSELHO FISCAL

O Art. 33- do Estatuto Social estabelece que a Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) a 5 (cinco) membros e somente será instalado por deliberação da

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Assembleia Geral, nos casos previstos na Lei 6.404/76, tendo os Conselheiros Fiscais a remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

A. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS DE INDICAÇÃO E PREENCHIMENTO DE CARGOS, SE HOUVER, E, CASO O EMISSOR A DIVULGUE, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES EM QUE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. O artigo 24º do Estatuto Social do Emissor estabelece, de forma expressa, que a competência de nomeação de representantes do Conselho de Administração, em qualquer situação (mesmo para recomposição do colegiado) é exclusiva dos acionistas em sede de assembleia geral, não cabendo aos membros da administração, em qualquer hipótese, essa atribuição.
2. Conforme Acordo de Acionistas celebrados entre os integrantes do Bloco de Controle, os acionistas controladores terão 3 vagas no colegiado e cada acionista, individualmente, poderá indicar 1 representante.
3. De acordo com o item 6.3 da Escritura de debêntures, em circulação, os debenturistas, em sede de assembleia de debenturistas, poderão indicar até 2 representantes para compor o Conselho de Administração e os integrantes do Bloco de Controle, que detêm a maioria dos votos, comprometem-se a votar favoravelmente pela nomeação dos representantes indicados pelos debenturistas.
4. O Acordo de Acionistas, o Estatuto Social d Companhia e o

Instrumento Particular de Consolidação da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Produtores Energéticos de Manso S.A. – PROMAN estão disponíveis na rede mundial de computadores no endereço www.promanmt.com.br

CONSELHO FISCAL

O Emissor, até a presente data, não adotou política específica para indicação dos membros do Conselho Fiscal e, até a presente data, não foi instalado o referido **CoNSELHO**

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

B. SE HÁ MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, INFORMANDO, EM CASO POSITIVO:

I. A PERIODICIDADE DAS AVALIAÇÕES E SUA ABRANGÊNCIA

II. METODOLOGIA ADOTADA E OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES

III. SE FORAM CONTRATADOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA EXTERNOS

O Emissor não adota, até o momento, mecanismos de avaliação de desempenho para os membros da administração

C. REGRAS DE IDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

A Companhia baseia-se, para tratar os conflitos de interesse, o que está definido no art 45 do Estatuto Social:

“Art. 45 –A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/1976, na Lei nº 6.404/1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.”

D. POR ÓRGÃO:

I. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS, AGRUPADOS POR IDENTIDADE AUTODECLARADA DE GÊNERO

II. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS, AGRUPADOS POR IDENTIDADE AUTODECLARADA DE COR OU RAÇA

III. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS AGRUPADOS POR OUTROS ATRIBUTOS DE DIVERSIDADE QUE O EMISSOR ENTENDA RELEVANTES

Conforme tabela a seguir

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

E. SE HOUVER, OBJETIVOS ESPECÍFICOS QUE O EMISSOR POSSUA COM RELAÇÃO À DIVERSIDADE DE GÊNERO, COR OU RAÇA OU OUTROS ATRIBUTOS ENTRE OS MEMBROS DE SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SEU CONSELHO FISCAL

Não há

F. PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO NA AVALIAÇÃO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DOS RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS AO CLIMA

Até a presente data, essa questão não é aplicável ao Emissor pelos motivos expostos ao longo desse formulário.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	1	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	1	1	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	1	5	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 EM RELAÇÃO ESPECIFICAMENTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INDICAR:

A. ÓRGÃOS E COMITÊS PERMANENTES QUE SE REPORTEM AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Até a presente data, não foram instalados comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

B. DE QUE FORMA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AVALIA O TRABALHO DA AUDITORIA INDEPENDENTE, INDICANDO SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTRA-AUDITORIA COM O AUDITOR INDEPENDENTE E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

A avaliação dos serviços prestados pela auditoria passa pela análise do desempenho da Companhia vis a vis o relato constante do Parecer avaliando possíveis inconsistência e, quando for o caso, solicitando reuniões de esclarecimentos sem que haja qualquer interferência no parecer do auditor preservando sua independência.

C. SE HOVER, CANAIS INSTITUÍDOS PARA QUE QUESTÕES CRÍTICAS RELACIONADAS A TEMAS E PRÁTICAS ASG E DE CONFORMIDADE CHEGUEM AO CONHECIMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Até a presente data, por todos os dados já expostos, a agenda ASG não é do escopo de atuação do Emissor.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome	ANDRE GUILHERME PINTO BANDEIRA DE MELLO	CPF:	160.409.907-08	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Economista	Data de Nascimento:	23/02/1995
------	--	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	----------------	------------	------------------------	------------

Experiência Profissional:

Prece Previdência Complementar. Analista de Investimentos Jr - Setembro/2023 - Atual.

? Automatizei rotinas de Backoffice como Boletagem, Conciliação de Carteiras, rotinas de monitoramento de mercado e de ativos em carteira.

? Responsável pela carteira de Renda Fixa da entidade criando teses de investimento, monitoramento de gestores e do mercado e indicadores listados na política de investimento tanto qualitativo quanto quantitativo.

? Liderei a reformulação do processo de investimentos da entidade junto à consultoria externa com o intuito de deixá-lo mais célere sem perder níveis atuais de governança.

? Atuei no projeto de reestruturação dos fundos exclusivos da carteira criando, junto à consultoria externa e ao custodiante, uma solução possível e econômica sem a perda de governança.

? Conduzi os esforços da Gerência de Investimentos para a obtenção do Selo de Autorregulação Governança de Investimentos da Abrapp, incluindo a criação de novas políticas, reformulação da política de investimentos e desenvolvimento de um Manual Unificado de Investimentos(em curso).

? Contribuí para a geração, análise e apresentação de projeções de ALM in-house para o ano de 2024, apoiando decisões estratégicas de alocação de ativos, para planos de Benefício Definido da geridos pela entidade.

? Apresentei ao Conselho de Investimentos relatórios de investimento e econômicos.

Audencia Business School. Pesquisador - Março/2023 - Junho/2023.

? Transformei pesquisas acadêmicas em planos de negócios práticos, utilizando insights relevantes para criar estratégias viáveis.

? Criei planos de negócios abrangentes, abordando todos os aspectos necessários para o sucesso do empreendimento, incluindo análise de mercado e estratégias de crescimento.

Cartesi. Business Analyst - Fevereiro/2022 – Novembro/2022.

? Desenvolvi pesquisas, banco de dados e relatórios utilizando ferramentas como programação em R e Excel para monitorar e identificar tendências no mercado de cripto para um setor específico de blockchain (infraestrutura), fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas.

? Desenvolvi e cultivei networking com stakeholders essenciais do ecossistema, com o objetivo de maior conscientização para a Cartesi. Levando a conexões ampliadas com Venture Capitals, líderes de mercado, e oportunidades de colaboração e crescimento.

? Reestruturei o plano de negócios e o roadmap, concentrando na criação de adoção, awareness e fontes de receita, resultando em uma estratégia mais direcionada e eficaz para alcançar os objetivos e marcos do projeto.

? Elaborei planos estratégicos e táticos para estabelecer parcerias e desenvolver serviços utilizando a tecnologia da Cartesi, o que levou a três parcerias bem-sucedidas, desenvolvimento de serviços inovadores e expansão da presença de mercado da Cartesi.

Casa Darwin Evolutio. Consultor - Março/2020 – Janeiro/2021.

? Fornei serviços de consultoria financeira e estratégica para pequenas empresas, auxiliando no gerenciamento do fluxo de caixa, gestão operacional, criação de processos estruturados, crescimento e lucratividade.

The Drunk Trunk, Rio de Janeiro. Analista Financeiro e de Novos Negócios - Outubro/2019 – Março/2020.

? Gerenciei tarefas financeiras de rotina, incluindo contas a pagar, controle de fluxo de caixa, precificação e criação de relatórios. Ao controlar as despesas operacionais e o custo de mercadorias vendidas, conseguindo melhorar o fluxo de caixa.

? Desenvolvi e apresentei relatórios financeiros e contábeis, como DRE, DFC e BP, fornecendo insights claros sobre o desempenho financeiro da empresa e auxiliando na injeção de capital na faixa de R\$200.000 a R\$300.000.

? Realizei análises de valuation e viabilidade econômica para novos PDV, identificando oportunidades de crescimento e tomando decisões estratégicas. Ao fornecer estimativas realistas, interrompemos a estratégia de crescimento agressiva por meio de dívidas e nos concentramos em aumentar a margem.

? Contribuí para melhorias na empresa

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2025	Não	28/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

CESAR AVIDOS JURUENA PEREIRA

CPF:

840.551.707-34

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro de Computação

Data de Nascimento:

12/05/1967

Experiência Profissional:

FAPES Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES Cargo: Chefe do Departamento Equity Partners (1997 até a presente data) A empresa não integra o grupo econômico do emissor; (ii) é acionistas do emissor e detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor1. Condenação criminal: Não houve2. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não houve3. Qualquer condenação TRANSITADA em julgado na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não houve

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	2 ANOS	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2025	Sim	06/10/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FABIO PEREIRA MAIA

CPF: 041.154.056-43

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 02/07/1977

Experiência Profissional:

possui graduação em Ciências Contábeis pelo Unicentro Newton Paiva e pós-graduação em Mercado de Capitais e Derivativos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Construiu sua carreira profissional em Fundos de Pensão de médio e grande porte. Possui 20 anos de experiência, sendo 15 anos na gestão de recursos de terceiros, atuando ativamente na gestão de investimentos. Atualmente é Analista de Investimentos Sênior, atuando na área de Investimentos, Tesouraria e Empréstimos da Acesita Previdência Privada, onde ingressou em 2019, tendo trabalhando anteriormente na Fundação Forluminas de Seguridade Social por 10 anos, tendo ocupado o cargo de Gerente de Renda Fixa. Fábio também já atuou como Consultor Financeiro, em parceria com Consultorias renomadas no segmento de Investidores Institucionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/03/2023	3 anos	Diretor Presidente / Superintendente		23/03/2023		13/03/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO ALONSO RABELO VIEIRA

CPF: 012.452.357-96

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: ADMINISTRADOR

Data de Nascimento: 24/10/1970

Experiência Profissional:

FRG – Fundação Real Grandeza
Diretor de Administração e Finanças - jul/2024 – atual
Atribuições principais: responsável pela condução das atividades relacionadas à administração financeira, patrimonial, pessoas, suprimentos, logística, infraestrutura predial e informática.

ENBPar – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional
Superintendente de Recursos Humanos (RH) - out/2023 a jul/2024
Atribuições principais: responsável por processos de RH (férias, licença, etc), educação corporativa, relações trabalhistas, carreira e remuneração, cadastro e pagamento de pessoal e comunicação

Assistente da Diretoria de Gestão Corporativa/Financeira (Superintendente) - abr/2019 a out/2023
Atribuições principais: Coordenar e acompanhar os processos de responsabilidade da diretoria (TI, RH, suprimentos, CSC-centro de serviços compartilhados, estrutura de processos e sustentabilidade), membro do grupo de trabalho responsável pela remediação das deficiências de controles internos–SOX, coordenador de orçamento e mentor no programa de mentoria feminina.

•
Superintendente de Recursos Humanos (RH) - mai/2008 a set/2011 e nov/2013 a mar/2019
Atribuições principais: responsável pelo departamento pessoal, gestão do conhecimento, educação corporativa, carreira e remuneração, gestão previdenciária, plano de saúde, saúde ocupacional, segurança do trabalho, implantação do Plano de Carreiras e Remuneração e Sistema de Gestão de Desempenho do grupo Eletrobras, da figura do business partner e da reestruturação organizacional da superintendência de RH.

•
Superintendente de Tecnologia da informação (TI) - set/2011 a nov/2013
Atribuições principais: responsável pela gestão da infraestrutura, desenvolvimento de sistemas, portfólio de projetos, ERP/SAP, implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, projeto de reestruturação organizacional de Furnas (ProFurnas), reestruturação organizacional da superintendência de TI e membro do comitê de novos negócios.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2025	Sim	29/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Nanci Turibio Guimarães

CPF: 688.546.337-04

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 15/05/1962

Experiência Profissional:

I. Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN (Emissor)Cargo: Diretora Financeira e de Relações com InvestidoresPeríodo: 06/2006 até a presente dataCargo: Diretora sem designação específicaPeríodo: 09/2005 a 06/2006III. Turibio e Guimarães Estudos Econômicos S/SCargo: DiretoraPeríodo: 1998 até a presente dataA empresa não integra o grupo econômico do emissor; (ii) não é acionistas do emissor e não detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valorIV – BULL FINANCE Ativos Imobiliários LTDA Cargo: AdministradoraPeríodo: 2012 até a presente dataA empresa não integra o grupo econômico do emissor; (ii) é acionistas do emissor e detém participação direta superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor1. Condenação criminal: Não houve2. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não houve3. Qualquer condenação TRANSITADA em julgado na esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não houve

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/03/2023	3 anos	Diretor de Relações com Investidores		13/03/2023		21/10/2005

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome THIAGO DE RESENDE ANDRADE **CPF:** 070.623.096-56 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 20/09/1984

Experiência Profissional: cargo de Diretor Financeiro da Acesita Previdência Privada, empresa na qual trabalha desde 2011, tendo atuado também como Presidente do Conselho de Administração da empresa Produtores Energéticos de Manso – PROMAN no período de abril de 2011 à dezembro de 2017, tendo sido indicado ao cargo pela Acesita Previdência Privada, uma das principais acionistas da empresa. Também ocupou o cargo de Diretor Presidente no período de dezembro de 2017 à março de 2020, indicado pelos controladores da empresa: Acesita Previdência Privada, FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES e a Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	2 ANOS	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2025	Sim	28/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a presente data, não foram instados comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe relação conjugal, união estável e/ou parentesco de 2º grau entre os administradores da PROMAN e/ou seus controladores

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
<u>Administrador do Emissor</u>			
THIAGO DE RESENDE ANDRADE	070.623.096-56	Subordinação	Controlador Direto
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
CESAR AVIDOS JURUENA PEREIRA	840.551.707-34	Subordinação	Controlador Direto
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES	00.397.695/0001-97		
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÕES	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FABIO PEREIRA MAIA	041.154.056-43	Subordinação	Controlador Direto
DIRETOR PRESIDENTE	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
Analista de Investimentos Sênior	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RICARDO ANDRÉ MARQUES	413.551.801-04	Subordinação	Controlador Direto
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.269.803/0001-68		
Diretor de Administração e Finanças	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
CESAR AVIDOS JURUENA PEREIRA	840.551.707-34	Subordinação	Controlador Direto
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES	00.397.695/0001-97		
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÕES	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FABIO PEREIRA MAIA	041.154.056-43	Subordinação	Controlada Direta
DIRETOR PRESIDENTE	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
Analista de Investimentos Sênior	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
THIAGO DE RESENDE ANDRADE	070.623.096-56	Subordinação	Controlador Direto
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Exercício Social 31/12/2022			
Administrador do Emissor			
MARCIA DE LUCA MICHELI	021.396.537-26	Subordinação	Controlador Direto
CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.269.803/0001-68		
ANALISTA DE INVESTIMENTOS	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
JULEIKA CRISTINA FERREIRA DE CARVALHO	078.438.346-48	Subordinação	Controlador Direto
CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
ANALISTA CONTÁBIL	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FABIO PEREIRA MAIA	041.154.056-43	Subordinação	Controlador Direto
DIRETOR PRESIDENTE	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ACEPREV – ACESITA PREVIDÊNCIA PRIVADA	00.529.828/0001-31		
ANALISTA DE INVESTIMENTOS	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
CESAR AVIDOS JURUENA PEREIRA	840.551.707-34	Subordinação	Controlador Direto
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES	00.397.695/0001-97		
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÕES	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. DESCREVER AS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO, QUE PREVEJAM O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU AO EMISSOR, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS, OU DE ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

Os Administradores da Cia (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) estão segurados por apólice de Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores cujo objeto da apólice é o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária das quantias devidas ou pagas a Terceiros, pelo(s) segurado(s) quando este(s) antecipar(em) aportes correspondentes à Indenização e Perdas do Segurado, relativamente às garantias contratadas, tais como: Defesa emergencial, bloqueio de bens - “penhora online”, reclamações por danos ambientais, processos de extradição, despesas com publicidade, custos advocatícios, excesso de perdas não indenizáveis, entre outros.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Todas as informações já foram fornecidas.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- A. **OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INFORMANDO SE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO FOI FORMALMENTE APROVADA, ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO:**

A empresa não aprovou uma Política formal de Remuneração da Administração e/ou Comitês. A Assembleia Ordinária de Acionistas realizada em 28 de abril de 2025 aprovou, tão somente, um montante global a ser distribuído à Administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) até abril de 2026 e o Conselho de Administração, em reunião realizada na data de 10 de maio de 2024 deliberou, por unanimidade de votos dos presentes, os valores de remunerações fixas mensais a serem pagas aos administradores. Essas remunerações ficaram estabelecidas até a Reunião do Conselho de Administração a ser realizada em momento imediatamente posterior a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, quando será definido o novo montante global de remuneração a ser distribuído aos administradores.

Ressalta-se, contudo, que os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores renunciaram a percepção de remuneração referente ao montante aprovado, para o exercício em curso, na assembleia geral ordinária e Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 28 de abril de 2025 e 09 de maio de 2025, respectivamente.

8.1 Política ou prática de remuneração

Enfatizamos, ainda que, nos termos da alínea “a” do artigo 26º do Estatuto Social da **PROMAN**, compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros da Administração para o qual a assembleia geral aprovou o montante global e que desde a constituição da Cia, e considerando o fluxo de recursos esperado por sua atividade operacional o Conselho estabeleceu que o único elemento que comporá a remuneração individual dos administradores é o pagamento fixo mensal.

A empresa não tem, historicamente, pautas de reunião de decisão de investimentos estratégicos ou temas de alto grau de complexidade que envolvam a administração. Assim, os representantes que, honrosamente, aceitam a função de conselheiro e/ou Diretor da Companhia conhecem a política de remuneração e seu aceite ao exercício das funções compreende, consequentemente, o aceite a prática de remuneração da Companhia.

- B. PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DEFINIR A REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA INDICANDO**
- i. OS ÓRGÃOS E COMITÊ DO EMISSORE QUE PARTICIPAM DO PROCESSO DECESÓRIO INDETIFICANDO DE QUE FORMA PARTICIPAM**
 - ii. CRITÉRIOS E METODOLOGIA UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, INDICANDO SE HÁ A UTILIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VERIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MERCADO, E EM CASO POSITIVO, OS CRITÉRIOS DE COMPRAÇÃO E A ABRANGÊNCIA DESSES ESTUDPS**
 - iii. COM QUE FREQUÊNCIA E DE QUE FORMA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AVALIA A**

8.1 Política ou prática de remuneração

ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO EMISSOR

Como já esclarecido em vários tópicos do presente formulário, a **PROMAN** tornou-se uma empresa de rotinas meramente administrativas e sem foco para novos negócios nos próximos anos, além disso, seu faturamento mensal não supera a cifra de R\$775,0 mil, tendo, esses recursos que serem direcionados ao pagamento de seu passivo oneroso e dos impostos incidentes na operação da usina.

Cientes dessa realidade, os membros da administração entendem que suas remunerações individuais não podem comprometer o fluxo de recursos preservando o caixa para os compromissos financeiros já assumidos pela Companhia. Assim, desde 2002, os acionistas aprovam montantes globais de remuneração da administração equivalente ao salário-mínimo vigente e os administradores da Companhia, comprometidos com essa realidade financeira da Companhia, deliberam pela remuneração fixa, baseada no valor do salário-mínimo vigente à época.

- a. A empresa não instalou outros comitês, assim, os únicos responsáveis pela distribuição dos montantes globais de remuneração são os membros do Conselho de Administração.
- b. Não são feitos estudos comparativos e ou utilização de metodologia para distribuição do montante global de remuneração à administração, e

8.1 Política ou prática de remuneração

- c. A frequência da avaliação da remuneração individual dos administradores é anual.

c. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INDICANDO:

i. DESCRIÇÃO DOS DIVERSOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A REMUNERAÇÃO, INDICANDO, EM RELAÇÃO A CADA UM DELES:

- SEUS OBJETIVOS E ALINHAMENTO AOS INTERESSES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DO EMISSOR
- SUA PROPORÇÃO NA REMUNERAÇÃO TOTAL NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS
- SUA METODOLOGIA DE CÁLCULO E REAJUSTE
- PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO NELE LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO INCLUSIVE SE FOR O CASO INDICADORES LIGADOS A SITUAÇÃO ASG

- Fixo: Não haverá pagamento de remuneração aos membros do Conselho de Administração e a Diretora Financeira de Relações com Investidores, conforme termos de renúncia de percepção de remuneração levados a registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro;

O Diretor Presidente perceberá, mensalmente, remuneração aprovada em RCA de 09/05/2025.

- Variável: Não foi aprovado pela Assembleia de Acionistas e/ou pelo Conselho de Administração o pagamento de remuneração variável aos membros da administração.

Em relação aos objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, ressaltamos que o Valor definido apresenta correlação com o fluxo de caixa esperado da Companhia.

Atendendo ao questionamento acima, comunicamos que a metodologia de reajuste, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração de 09 de maio

8.1 Política ou prática de remuneração

de 2025, a atualização, a partir de abril de 2026, dos valores de remuneração fixa, pela variação anual acumulada do IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE.

Quanto a proporção da remuneração de cada administrador no montante pago à administração, informamos que, como já foi detalhado, desde 2002, os membros da administração, à exceção do Diretor Presidente, renunciam a percepção de remuneração. Assim, o pagamento do pró-labore do Diretor Presidente corresponde a totalidade dos pagamentos efetuados a administração da Companhia. A empresa não adota, até o momento, indicadores de desempenho.

ii. RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:

Definição de distribuição de remuneração em valores fixos, pelos Acionistas, reunidos em Assembleia, e pelos Conselheiros, reunidos em RCA.

Não foi autorizada a distribuição de remuneração variável à Administração da Companhia.

iii . A EXISTÊNCIA DE MEMBROS NÃO REMUNERADOS PELO EMISSOR E A RAZÃO PARA ESTE FATO.

Os membros do Conselho de Administração e a Diretora de Relações com Investidores renunciam a percepção de remuneração deliberada em AGO e na RCA, realizadas em 28 de abril de 2025 e 09 de maio de 2025, respectivamente.

D. EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPORTADA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS:

8.1 Política ou prática de remuneração

O pagamento da remuneração é suportado, integralmente, pela Companhia.

E. EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO A ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO DO EMISSOR:

Não há

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Esclarecimento	OS MEMBROS DO CONSELHO RENUNCIARAM A PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	61.931,21		61.931,21
Benefícios direto e indireto	0,00	4.954,48		4.954,48
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	66.885,69		66.885,69

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Esclarecimento	os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração na reunião do conselho de administração em 10/05/2024			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	59.000,00		59.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	4.800,00		4.800,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		A Diretora Financeira e de Relação com Investidores renunciou a percepção de remuneração na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10/05/2024		
Total da remuneração	0,00	63.800,00		63.800,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Esclarecimento	os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	59.933,49		59.933,49
Benefícios direto e indireto	0,00	4.794,58		4.794,58
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		A Diretora Financeira e de Relação com Investidores renunciou a percepção de remuneração		
Total da remuneração	0,00	64.728,07		64.728,07

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Esclarecimento	todos os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	56.563,02		56.563,02
Benefícios direto e indireto	0,00	4.525,00		4.525,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		A Diretora Financeira e de Relação com Investidores renunciou a percepção de remuneração		
Total da remuneração	0,00	61.088,02		61.088,02

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	2,00		6,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	A EMPRESA NÃO TEM REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	A EMPRESA NÃO PRÁTICA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	2,00		7,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	2,00		7,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável	A Companhia não pratica a política de Remuneração Variável		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

A. TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS

B. DATA DE APROVAÇÃO E ÓRGÃO RESPONSÁVEL

C. NÚMERO MÁXIMO DE AÇÕES ABRANGIDAS

D. NÚMERO MÁXIMO DE OPÇÕES A SEREM OUTORGADAS

E. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

F. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO OU EXERCÍCIO

G. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO PRAZO DE AQUISIÇÃO OU EXERCÍCIO

H. FORMA DE LIQUIDAÇÃO

I. RESTRIÇÕES À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

J. CRITÉRIOS E EVENTOS QUE, QUANDO VERIFICADOS, OCASIONARÃO A SUSPENSÃO, ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO PLANO

K. EFEITOS DA SAÍDA DO ADMINISTRADOR DOS ÓRGÃOS DO EMISSOR SOBRE SEUS DIREITOS PREVISTOS NO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Não foi aprovado, até o momento, o plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A EMPRESA NÃO PRATICA REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	A EMPRESA NÃO PRATICA REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. DATA DE OUTORGA

E. QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS

F. PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS

G. PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

H. PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES RECEBIDAS EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

I. VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DA OUTORGA

J. MULTIPLICAÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES OUTORGADAS PELO VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DA OUTORGA

Não foram realizadas outorga de opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES AINDA NÃO EXERCÍVEIS

I. QUANTIDADE

II. DATA EM QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS

III. PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

IV. PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

V. PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO

VI. VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL

E. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS

I. QUANTIDADE

II. PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

III. PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

IV. PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO

V. VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL

F. VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL

8.7 Opções em aberto

Não praticado.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. NÚMERO DE AÇÕES

E. PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO

F. PREÇO MÉDIO PONDERADO DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS

G. MULTIPLICAÇÃO DO TOTAL DAS AÇÕES EXERCIDAS PELA DIFERENÇA ENTRE O PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO E O PREÇO MÉDIO PONDERADO DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVA AS OPÇÕES EXERCIDAS

Não houve.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS, RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE OUTORGA DE TODAS AS AÇÕES AOS BENEFICIÁRIOS

Não ocorreram remunerações baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de evento equivalente para o exercício social corrente.

8.10 Outorga de ações

8.10 EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. DATA DE OUTORGA

E. QUANTIDADE DE AÇÕES OUTORGADAS

F. PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA DAS AÇÕES

G. PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES

H. VALOR JUSTO DAS AÇÕES NA DATA DA OUTORGA

I. MULTIPLICAÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES OUTORGADAS PELO VALOR JUSTO DAS AÇÕES NA DATA DA OUTORGA

Não ocorreram outorgas de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para evento equivalente para o exercício social corrente.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações, por isso não foram entregues ações		

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações, por isso não foram entregues ações		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações, por isso não foram entregues ações		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	A Companhia não pratica a política de Remuneração Baseada em Ações, por isso não foram entregues ações		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO:

A. MODELO DE PRECIFICAÇÃO

B. DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO

C. MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DE EXERCÍCIO ANTECIPADO

D. FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA

E. SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO

Não aplicável pois os eventos descritos dos itens 8.5 a 8.11 não ocorreram nos últimos 3 exercícios e não há previsão de ocorrência no exercício corrente.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, QUE SEJAM DETIDOS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO.

Conselho de Administração

Os conselheiros não detêm ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

Diretoria Estatutária:

Os diretores não detêm ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

8.14 Planos de previdência

8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA:

A. ÓRGÃO

B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS

C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS

D. NOME DO PLANO

E. QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR

F. CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE

G. VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS NO PLANO DE PREVIDÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES.

H. VALOR TOTAL ACUMULADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DESCONTADA A PARCELA RELATIVA A CONTRIBUIÇÕES FEITAS DIRETAMENTE PELOS ADMINISTRADORES.

I. SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES

Não foi conferido, pela Cia, planos de previdência aos seus administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	32.364,04	64.728,07	67.270,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	32.364,04	32.364,04	33.635,00	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	A Diretora Financeira e de Relação com investidores renunciaram a percepção de remuneração	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024		OS CONSELHEIROS NÃO RECEBEM REMUNERAÇÃO
31/12/2023	os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração	os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração
31/12/2022		os conselheiros renunciaram a percepção de remuneração

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. DESCREVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR.

Não praticado

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

A única empresa responsável pelo pagamento da remuneração aos administradores é o próprio Emissor.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS

Não ocorreram registros nas contas de resultado da Companhia, quanto a esse quesito.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS

Não praticado

8.20 Outras informações relevantes

8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Todas as informações já foram fornecidas

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003158		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES		Juridica	42.170.852/0001-77
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
13/07/2011		13/07/2011	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de Auditoria Independente			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
R\$31.680,00			
Justificativa da substituição			
Término do contrato por rotatividade da auditoria independente (pessoa jurídica e/ou pessoa física) após 5 anos consecutivos, conforme artigo 31 do ICVM 308/99			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve discordância			

Código CVM do Auditor	003158		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES		Juridica	42.170.852/0001-77
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/04/2019		01/04/2019	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de Auditoria Independente			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
R\$ 35.004,00			
Justificativa da substituição			
Fim do prazo de 5 anos permitido em lei			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve substituição			

Código CVM do Auditor	012513		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	

MCS MARKUP AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Juridica	23.854.307/0001-55
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
14/03/2024	14/03/2024	
Descrição dos serviços prestados		
serviço de auditoria externa independente		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)		
Justificativa da substituição		
Não houve substituição		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES CASO OS AUDITORES OU PESSOAS A ELES LIGADAS, SEGUNDO AS NORMAS DE INDEPENDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, TENHAM SIDO CONTRATADOS PELO EMISSOR OU PESSOAS DE SEU GRUPO ECONÔMICO, PARA PRESTAR OUTROS SERVIÇOS ALÉM DA AUDITORIA, DESCREVER A POLÍTICA OU PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO EMISSOR PARA EVITAR A EXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSE, PERDA DE INDEPENDÊNCIA OU OBJETIVIDADE DE SEUS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa de Auditoria Independente **MCS MARKUP Auditores Independentes S/S, Código CVM nº 1251-3**, foi responsável pelo Parecer dos Auditores do exercício findo em 31/12/2024 e não prestou e/ou presta serviços adicionais à PROMAN ou pessoas de seu grupo econômico.

Sua contratação foi extendida até a entrega do Parecer dos Auditores a ser emitido ao término do exercício de 2028.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - DESCREVER OS RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR, FORNECENDO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES :

B. NÚMERO DE TERCEIRIZADOS (TOTAL E POR GRUPOS, COM BASE NA ATIVIDADE DESEMPENHADA E NA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA)

A **PROMAN** não tem quadro funcional.

Para o desempenho de suas atividades, administrativa e financeira, foi contratada a empresa G&C - Guimarães & Carvalho Estudos Econômicos S/S (“G&C”).

A responsabilidade pela Operação e Manutenção do APM-Manso, ficou sob a responsabilidade da integrante do Consórcio Manso, Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás, para tanto, no ano de 2000 foi celebrado o terceiro termo aditivo ao Contrato de Constituição de Consórcio, ao qual o Poder Concedente (“UNUÃO - por intermédio da ANEEL”) compareceu como interveniente e as empresas celebraram o documento a qual Eletrobrás se responsabilizava, integralmente pelo O&M mediante remuneração paga pela **PROMAN** através da redistribuição da energia firme ao qual Eletrobrás obteve acréscimo de seu volume de MWh garantido e **PROMAN**, decréscimo.

A G&C, empresa terceirizada, para a execução do serviço de meio, mantém 4 funcionários dedicados a execução das atividades administrativa/financeira da **PROMAN**.

A. ÍNDICE DE ROTATIVIDADE

Os funcionários citados no item “b” encontram-se no exercício da função a cerca de 10 anos, ou seja, não houve rotatividade do quadro funcional da empresa terceirizada para o exercício das rotinas da **PROMAN**.

10.2 Alterações relevantes

***10.2. COMENTAR QUALQUER ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM
RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 10.1 ACIMA.***

Não há.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**10.3. DESCREVER AS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO EMISSOR, INFORMANDO:****A. POLÍTICA DE SALÁRIOS E REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.**

A PROMAN não tem quadro próprio de funcionários.

B. POLÍTICA DE BENEFÍCIOS.

Não há.

C. CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES DOS EMPREGADOS NÃO-ADMINISTRADORES, IDENTIFICANDO:**I. GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS****II. CONDIÇÕES PARA EXERCÍCIO****III. PREÇOS DE EXERCÍCIO****IV. PRAZOS DE EXERCÍCIO****V. QUANTIDADE DE AÇÕES COMPROMETIDAS PELO PLANO**

Não há.

D. RAZÃO ENTRE (I) A MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL (CONSIDERANDO A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO COM TODOS OS ITENS DESCRITOS NO CAMPO 8.2.D) RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INCLUINDO A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO, SE FOR O CASO; E

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(II) A MEDIANA DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS EMPREGADOS DO EMISSOR NO BRASIL, DESCONSIDERANDO-SE A MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, CONFORME RECONHECIDA EM SEU RESULTADO NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL

Na empresa, somente o Diretor Presidente não renunciou a percepção de remuneração.

Assim, considerando (1) que a remuneração classificada nas demonstrações corresponde, tão somente, a pró-labore (remuneração fixa) de um único administrador e, (2) que a empresa não tem quadro de funcionários, concluímos que a razão da remuneração individual é 100%.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
4.721,62	4.721,62	1,00
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. DESCREVER AS RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS, INDICANDO SE HOUVE PARALISAÇÕES E GREVES NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

Não aplicável

10.5 Outras informações relevantes

10.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. DESCREVER AS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO, INDICANDO QUANDO HOUVER UMA POLÍTICA FORMAL ADOTADA PELO EMISSOR, O ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DE APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO.

Não há

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem transações com Partes Relacionadas

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. COM EXCEÇÃO DAS OPERAÇÕES QUE SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES DO ART. 3º, II, “A”, “B” E “C”, DO ANEXO 30-XXXIII, INFORMAR, EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS QUE, SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS, DEVAM SER DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS OU CONSOLIDADAS DO EMISSOR E QUE TENHAM SIDO CELEBRADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL OU ESTEJAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

- A. NOME DAS PARTES RELACIONADAS**
- B. RELAÇÃO DAS PARTES COM O EMISSOR**
- C. DATA DA TRANSAÇÃO**
- D. OBJETO DO CONTRATO**
- E. SE O EMISSOR É CREDOR OU DEVEDOR**
- F. MONTANTE ENVOLVIDO NO NEGÓCIO**
- G. SALDO EXISTENTE**
- H. MONTANTE CORRESPONDENTE AO INTERESSE DE TAL PARTE RELACIONADA NO NEGÓCIO, SE FOR POSSÍVEL AFERIR**
- I. GARANTIAS E SEGUROS RELACIONADOS**
- J. DURAÇÃO**
- K. CONDIÇÕES DE RESCISÃO OU EXTINÇÃO**
- L. NATUREZA E RAZÕES PARA A OPERAÇÃO**
- M. TAXA DE JUROS COBRADA, SE APLICÁVEL**
- N. MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DOS CONFLITOS DE INTERESSES**
- O. DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU O PAGAMENTO COMPENSATÓRIO ADEQUADO**

Não ocorreram operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII.

11.3 Outras informações relevantes***11.3. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES***

Todas as informações sobre esse tema já foram divulgadas em itens anteriores, não tendo mais nada a acrescentar.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
10/12/1997		1.100.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
100.000	0	100.000
Capital social por classe de ações ordinárias		
Classe de ação ordinária	Quantidade de ações	
Ordinária Classe A	100.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. EMISSORES ESTRANGEIROS DEVEM DESCREVER OS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA E AS REGRAS DE SEU PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE AS AÇÕES ESTEJAM CUSTODIADAS NO TOCANTE A:

- A. DIREITO A DIVIDENDOS**
- B. DIREITO DE VOTO**
- C. CONVERSIBILIDADE EM OUTRA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÃO, INDICANDO:**
 - I. CONDIÇÕES**
 - II. EFEITOS SOBRE O CAPITAL SOCIAL**
- D. DIREITOS NO REEMBOLSO DE CAPITAL**
- E. DIREITO A PARTICIPAÇÃO EM OFERTA PÚBLICA POR ALIENAÇÃO DE CONTROLE**
- F. RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO**
- G. CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS DIREITOS ASSEGURADOS POR TAIS VALORES MOBILIÁRIOS**
- H. POSSIBILIDADE DE RESGATE DE AÇÕES, INDICANDO:**
 - I. HIPÓTESES DE RESGATE**
 - II. FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DE RESGATE**
- I. HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DE REGISTRO, BEM COMO OS DIREITOS DOS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS NESSA SITUAÇÃO**
- J. HIPÓTESES EM QUE OS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS TERÃO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES, VALORES MOBILIÁRIOS LASTREADOS EM AÇÕES OU VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, BEM COMO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DESSE DIREITO, OU DAS HIPÓTESES EM QUE ESSE DIREITO NÃO É GARANTIDO, CASO APLICÁVEL**
- K. OUTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES**

Não aplicável

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	Debênture
Data de emissão	19/10/2001
Data de vencimento	28/02/2035
Quantidade	10.000
Valor nominal global R\$	37.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	11.589.716,80
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conversibilidade: As Debêntures serão conversíveis em ações preferenciais da Emissora, conforme fórmula abaixo: $An = (2 \times Ao) / Deb$ Onde: An = Ações preferenciais novas oriundas da conversão de cada debênture; Deb = Número de debêntures emitidas; Ao = Número de Ações Ordinárias que compõem o capital social da Emissora.
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

- a) no caso de venda total dos ativos da Emissora;
- b) decretação de falência ou liquidação da Emissora;
- c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse ao equivalente a 10% do valor nominal das Debêntures em circulação;
- d) pedido de concordata preventiva formulada pela Emissora;
- e) falta de cumprimento pela Emissora e/ou os Intervenientes da Emissão (Controladores da PROMAN) de qualquer obrigação prevista na Escritura de emissão, e;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual.

ii. JUROS

Variáveis, com base no Resultado operacional disponível (RODI), auferido pela Emissora, apurado mensalmente, nos termos da Escritura de Emissão.

iii. GARANTIA E, SE REAL, DESCRIÇÃO DO BEM OBJETO

Sem Garantia

iv. NA AUSÊNCIA DE GARANTIA, SE O CRÉDITO É QUIROGRAFÁRIO OU SUBORDINADO

Crédito Subordinado

v. EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR EM RELAÇÃO:

• À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Não há

• À ALIENAÇÃO DE DETERMINADOS ATIVOS

• À CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS

• À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS

• À REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS ENVOLVENDO O EMISSOR, SEUS CONTROLADORES OU CONTROLADAS.

O Emissor está impedido de (i) alienar quaisquer ativos; (ii) contrair novas dívidas; (iii) emitir novos valores mobiliários, e (iv) realizar operações societárias envolvendo o emissor e seus controladores, sem a prévia e expressa anuência dos debenturistas deliberada em assembleia.

O emissor não detém controladas.

vi. O AGENTE FIDUCIÁRIO, INDICANDO OS PRINCIPAIS TERMOS DO CONTRATO

AGENTE FIDUCIÁRIO: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.

Atribuições Específicas

1) O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora: (a) declarar, vencimento antecipado; (b) requerer a falência da Emissora; (c) representar os debenturistas em processo de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, entre outros.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Qualquer modificação na Escritura de Emissão só poderá ocorrer com a autorização dos debenturistas, pelo voto 2/3 das Debêntures em circulação..
Outras características relevantes	1) As debêntures serão, mensalmente, amortizadas com base no saldo remanescente de caixa (após o pagamento das despesas correntes); 2) Os debenturistas poderão indicar até 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração e, solicitar a instalação do Conselho Fiscal, elegendo os membros que farão parte deste Conselho 3) Os debenturistas deverão autorizar, previamente, quaisquer alterações no(s) artigos (s) 3º, 4º, 5º, 7º, §3º no artigo 25 e §único no artigo 46 deste Estatuto Social do Emissor

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1	0	7

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. INDICAR OS MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO

Ações: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Debêntures: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhum dos valores mobiliários da companhia estão registrados para negociação no exterior.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não emitiu títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR:

- A. COMO OS RECURSOS RESULTANTES DA OFERTA FORAM UTILIZADOS**
- B. SE HOUVE DESVIOS RELEVANTES ENTRE A APLICAÇÃO EFETIVA DOS RECURSOS E AS PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DIVULGADAS NOS PROSPECTOS DA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO**
- C. CASO TENHA HAVIDO DESVIOS, AS RAZÕES PARA TAIS DESVIOS**

O emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 21 anos.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Todas as informações relevantes foram apresentadas.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
NANCI TURIBIO GUIMARÃES	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
FABIO PEREIRA MAIA	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

**PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
COMPANHIA ABERTA – COD. CVM nº 1032-4
CNPJ/MF 02.291.077/0001-93.**

DECLARAÇÃO

Eu, **Fabio Pereira Maia**, na qualidade de Diretor Presidente da **Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN** atesto, nos termos da Resolução nº 80/22 e posteriores alterações, que:

1. Revisei o formulário de Referência;
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM Resolução nº 80/22; e
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do da **Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN** e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2025.

**FABIO PEREIRA MAIA
DIRETOR PRESIDENTE**

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

**PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
COMPANHIA ABERTA – COD. CVM nº 1032-4
CNPJ/MF 02.291.077/0001-93.**

DECLARAÇÃO

Eu, Nanci Turibio Guimarães, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN atesto, nos termos da instrução CVM nº 80 e posteriores alterações, que:

1. Revisei o formulário de Referência;
2. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução nº 80/22; e
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do da Produtores Energéticos de Manso S/A – PROMAN e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos.

Rio de janeiro, 09 de maio de 2025.

NANCI TURIBIO GUIMARÃES
Diretora de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.